ECONSTOR
Make Your Publications Visible.

A Service of

ZBW Leibniz-Informationszentrum Wirtschaft
Leibniz Information Centre for Economics

Viana, João Paulo

Working Paper

Ações do governo federal na área de influência do projeto de integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional: Uma avaliação dos investimentos nos municípios do plano

Texto para Discussão, No. 1965

Provided in Cooperation with:
Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: Viana, João Paulo (2014) : Ações do governo federal na área de influência do projeto de integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional: Uma avaliação dos investimentos nos municípios do plano, Texto para Discussão, No. 1965, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília

This Version is available at:
https://hdl.handle.net/10419/121594

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.

WWW.ECONSTOR.EU

Mitglied der Leibniz-Gemeinschaft

1965
TEXTO PARA DISCUSSÃO

AÇÕES DO GOVERNO FEDERAL NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM BACIAS HIDROGRÁFICAS DO NORDESTE SETENTRIONAL: UMA AVALIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NOS MUNICÍPIOS DO PLANO DE AÇÃO

João Paulo Viana

ipea
Por um Brasil desenvolvido

1965
TEXTO PARA DISCUSSÃO
Brasília, maio de 2014

AÇÕES DO GOVERNO FEDERAL NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM BACIAS HIDROGRÁFICAS DO NORDESTE SETENTRIONAL: UMA AVALIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NOS MUNICÍPIOS DO PLANO DE AÇÃO

João Paulo Viana*

* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea.

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
Ministro interino Marcelo Côrtes Neri

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Marcelo Côrtes Neri

Diretor de Desenvolvimento Institucional
Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas
Cláudio Hamilton Matos dos Santos

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
Rogério Boueri Miranda

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura
Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais
Sergei Suarez Dillon Soares

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais
Renato Coelho Baumann das Neves

Chefe de Gabinete, Substituto
Bernardo Abreu de Medeiros

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação
João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: http://www.ipea.gov.br/ouvidoria
URL: http://www.ipea.gov.br

Texto para Discussão

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2014

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-

ISSN 1415-4765

1.Brasil. 2.Aspectos Econômicos. 3.Aspectos Sociais. 4.Aspectos Ambientais.
I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 330.908

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

JEL: O29.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO 7

2 MÉTODOS 14

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO 17

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS 56

REFERÊNCIAS 58

ANEXOS 60

SINOPSE

Este documento apresenta uma avaliação dos investimentos federais nos municípios do Plano de Ação do Rio São Francisco (PASF), que abarca os 789 municípios (e oito estados) da área de influência do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – mais conhecido como *Transposição do rio São Francisco* – e da área do projeto de revitalização do São Francisco. Os investimentos realizados até 2008 e planejados para os anos 2009 e 2010 pelas catorze entidades que responderam a uma consulta do Ministério da Integração Nacional sobre os investimentos na área do PASF totalizaram R$ 32,3 bilhões para os três períodos considerados. Pernambuco, Bahia e Minas Gerais foram os maiores beneficiários, com montantes estimados em R$ 7,2, R$ 6,9 e R$ 5,3 bilhões, respectivamente, ou 60% do valor total. Os investimentos realizados até 2008 corresponderam a 54% do total informado (R$ 17,5 bilhões). Considerando um recorte temático, os investimentos em ações sociais, de apoio à produção, e de acesso à água totalizaram respectivamente R$ 17,2 bilhões, R$ 9,6 bilhões e R$ 2,4 bilhões, com destaque para investimentos em transferência de renda, crédito para a agricultura familiar e para a construção de sistemas de abastecimento e armazenamento de água. Seguem, em ordem de importância, ações na área de meio ambiente (R$ 2,2 bilhões), implantação de perímetros irrigados (R$ 474 milhões) e regularização fundiária (R$ 296 milhões), com destaque para os investimentos em saneamento no caso das ações ambientais, na construção e manutenção de infraestruturas de irrigação e no crédito fundiário. O índice de Gini indicou que o número de ações planejadas para 2009 estava bem distribuído entre os municípios (0,12), enquanto situação menos balanceada foi encontrada quando avaliado o total de investimentos planejados por município (0,50). Outros aspectos da distribuição espacial dos investimentos e a capacidade destes investimentos resultarem em desenvolvimento para a região são também apresentados e discutidos.

Palavras-chave: rio São Francisco; plano de ação; integração de bacia; transposição; investimentos.

ABSTRACT

This paper presents an evaluation of federal government expenditures in the counties included in the São Francisco Action Plan (SFAP), which encompasses 789 counties (and eight states) of the area under the influence of the Integration of the São Francisco

River with Basins of Northern Northeastern Project – best known as the *São Francisco River Diversion Project* – and of the São Francisco environmental restoration project. The expenditures up to 2008 and planned for 2009 and 2010 by fourteen organizations that responded to an inquiry from the Ministry of National Integration on the investments in the SFAP totaled R$ 32.3 billion for the three periods considered. Pernambuco, Bahia and Minas Gerais were the largest beneficiaries, with amounts estimated at R$ 7.2, R$ 6.9 and R$ 5.3 billion, respectively; or 60% of the total amount. Expenses made by 2008 corresponded to 54% of the total amount (R$ 17.5 billion). Considering expenditure categories, the investments in social development and protection, in support of small rural and urban entrepreneurs, and actions to allow access to clean water totaled R$ 17.2 billion, R$ 9.6 billion and R$ 2.4 billion, respectively, with an emphasis on investments in cash transfer, credit for small landholders, and the construction of water supply and storage systems. These categories were followed, in order of importance, by environmental support actions (R$ 2.2 billion), implementation of irrigation schemes (R$ 474 million) and land tenure regularization (R$ 296 million), mainly for spending in sanitation improvements, the construction and maintenance of irrigation infrastructure, and credit for land purchasing. The Gini Index indicated that the number of actions planned for 2009 were well distributed among the counties (0.12), and less so when considered the amount of total planned investments per county (0.50). Other aspects of the spatial distribution of the investments and their capability of bringing development for the region are also presented and discussed.

Keywords: São Francisco river; action plan; river basin integration; water diversion; government expenditures.

1 INTRODUÇÃO

O Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF) – mais conhecido como *Transposição do rio São Francisco* – é uma das mais importantes obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Em sua concepção inicial o projeto mobilizaria cerca de R$ 4,8 bilhões em investimentos, com a geração de 7,5 mil empregos (Brasil, 2010), tendo o valor do projeto sido atualizado recentemente para R$ 8,2 bilhões (Consórcio Arcadis Logos-Concremat, 2013). De acordo com o Ministério da Integração Nacional (MI), o PISF é parte de uma estratégia para o desenvolvimento da região e tem por objetivo atender necessidades de abastecimento de água da população dos estados da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará, periodicamente afetada pelas secas que caracterizam a região do Semiárido nordestino.

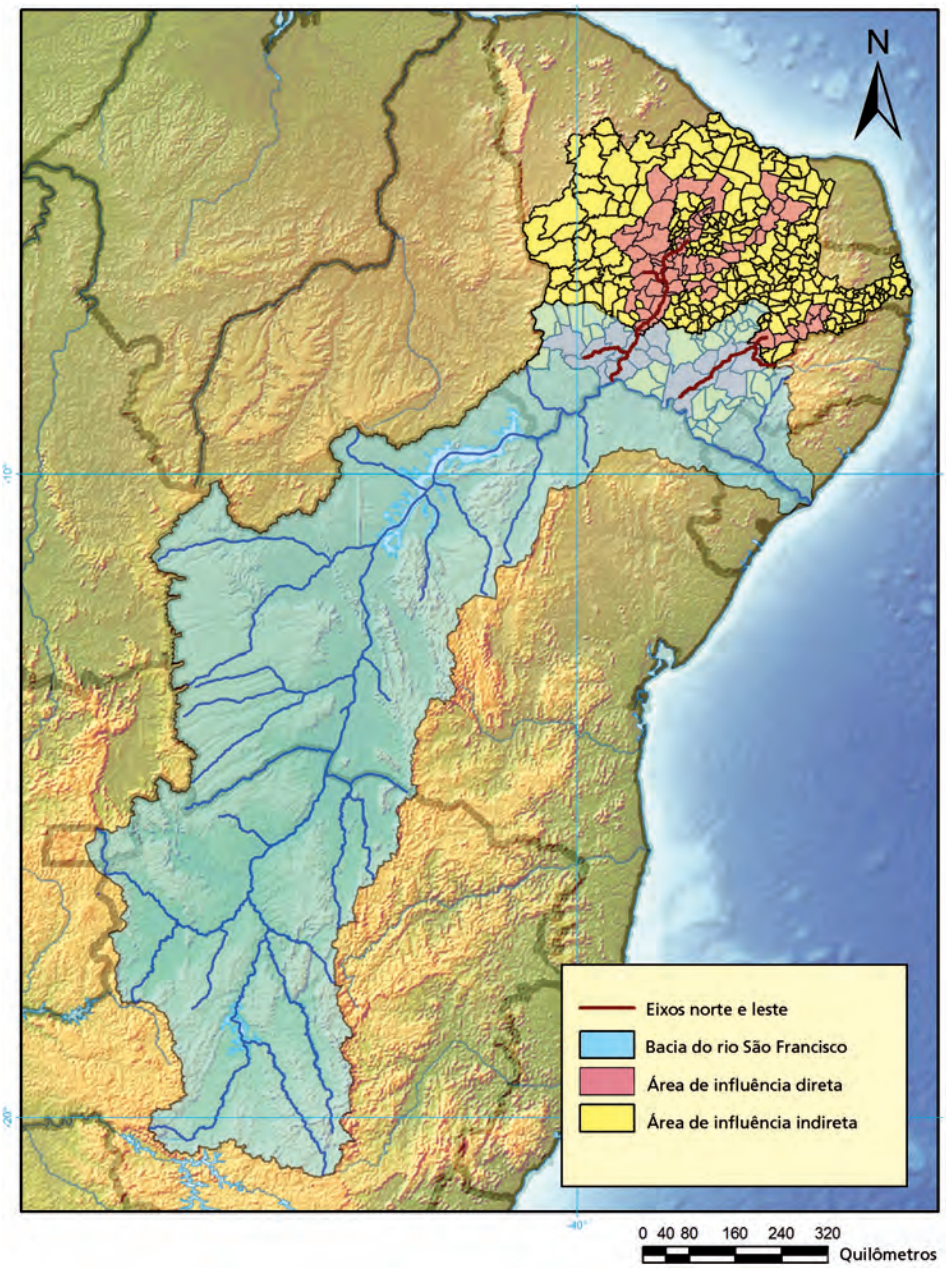
O estudo de impacto ambiental do PISF identificou dois conjuntos de municípios direta e indiretamente afetados pelas obras e consequências do empreendimento (86 e 397 municípios, respectivamente) (Consórcio Ecology Brasil *et al.*, 2004). Os municípios diretamente impactados são aqueles que já receberam ou virão a receber obras relacionadas ao projeto, especialmente os eixos ou canais de transposição,[1] enquanto os indiretamente impactados serão aqueles beneficiados pelo empreendimento, conjunto que inclui todos os municípios do grupo anterior. Mais da metade dos territórios dos estados da Paraíba, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte serão indiretamente impactados pelo empreendimento (mapa 1).

As obras do projeto tiveram início em 2007, após muitos atrasos relacionados à obtenção das licenças ambientais necessárias para as obras (Castro, 2011). Associados às dificuldades com as licenças ambientais, ocorreram atrasos decorrentes da contratação das obras civis, no fornecimento e montagem de equipamentos e nos projetos executivos dos catorze lotes nos quais foram segmentados os dois sistemas adutores previstos, Eixo Norte e Eixo Leste (Brasil, 2006). Tais atrasos foram resultado de ações judiciais questionando o processo de licenciamento ambiental do projeto e suspendendo preventivamente atos administrativos e processos licitatórios relativos ao empreendimento.[2]

1. Segundo o MI, o Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional prevê a construção de dois canais: o Eixo Norte que levará água para os sertões de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte e o Eixo Leste que beneficiará parte do sertão e as regiões do agreste de Pernambuco e da Paraíba.
2. Para mais detalhes sobre o Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, ver Consórcio Ecology Brasil *et al.* (2004), Ab'Sáber (2006), Santana Filho (2007), Quintieri (2010) e Castro (2011).

MAPA 1

Bacia do rio São Francisco e as áreas de influência direta e indireta do Projeto de Integração do Rio São Francisco[1]



Elaboração do autor.

Nota: [1] Para a confecção da camada correspondente ao fundo dos mapas foram utilizados dados disponibilizados pelo *site* Natural Earth. Disponível em: <www.naturalearthdata.com>.

A Portaria nº 1.031, de 2007, do Ministério da Integração Nacional, instituiu um grupo de trabalho para coordenar a elaboração de um plano de desenvolvimento das áreas da integração e revitalização[3] do São Francisco. A portaria também estabeleceu as cinco diretrizes do plano:

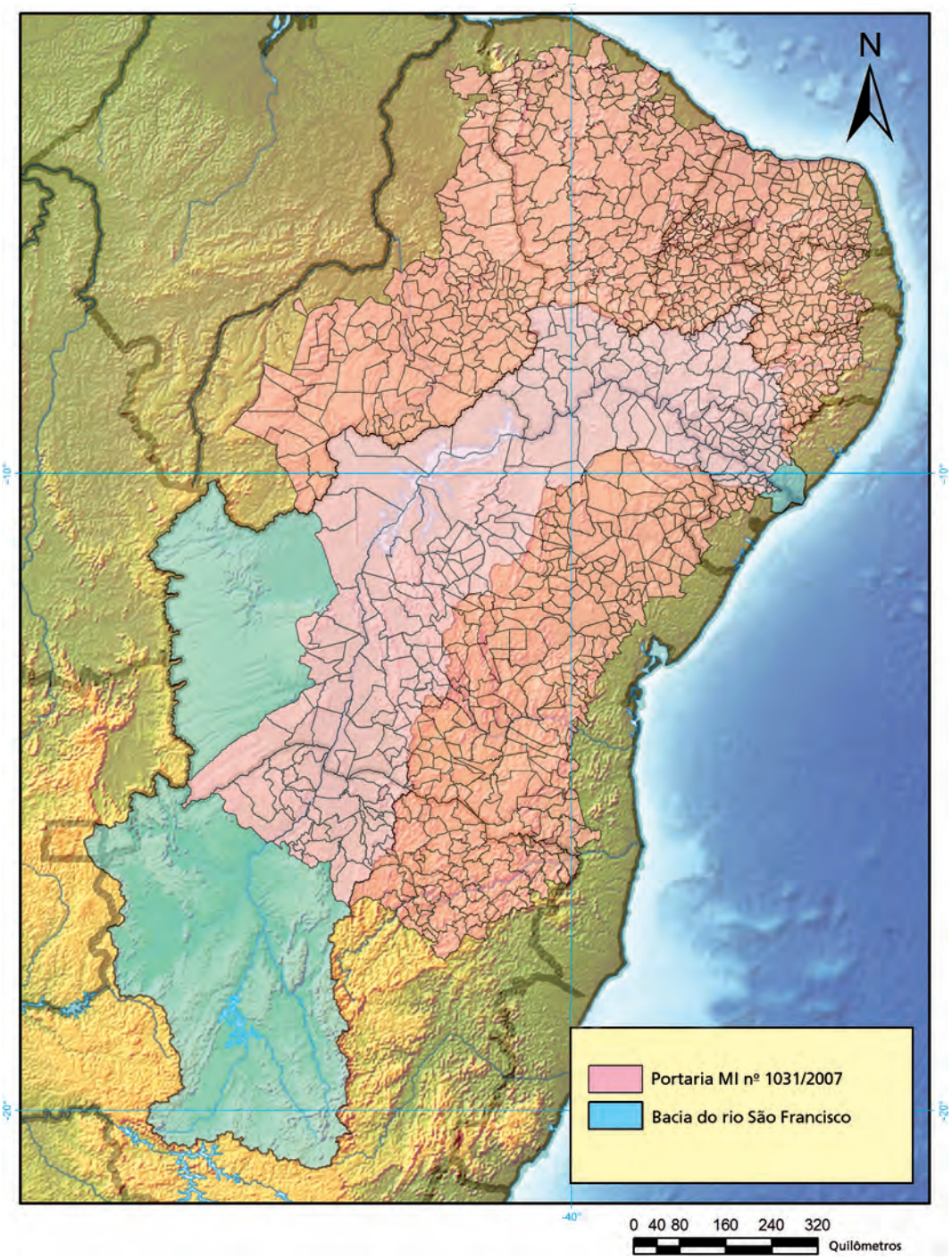
- preservação e uso sustentável do patrimônio natural da área geográfica;
- estímulo à cooperação, em suas diversas formas, nos processos de desenvolvimento endógenos;
- promoção de ações de estruturação econômica e de inclusão social, visando ao desenvolvimento regional sustentável, em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, respeitando as diversidades existentes no país;
- incentivo a parcerias com outros órgãos públicos federais, estaduais e municipais e organizações da sociedade civil, apoiando, inclusive, a criação e o funcionamento de entidades e fóruns representativos; e
- ênfase nos programas e ações de convivência com a seca, sobretudo aqueles que tratam do aproveitamento de recursos hídricos para uso humano.

A extensão original do plano, doravante referido também como Plano de Ação do rio São Francisco (ou PASF), abrangia, de acordo com a supracitada portaria, os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, e Minas Gerais, totalizando 1.135 municípios. Cabe destacar que a região que foi delimitada pela Portaria nº 1031/2007 excluiu parte importante da bacia do São Francisco no oeste da Bahia, o alto curso do rio nos estados de Minas Gerais, Goiás, e Distrito Federal, e a região da foz, na divisa entre Alagoas e Sergipe (mapa 2). Cabe ainda destacar que a região delimitada pela Portaria nº 1031/2007 corresponde, em sua totalidade, ao território conhecido como *Semiárido Brasileiro.*[4] Posteriormente, o Ministério da Integração Nacional revisou a área de abrangência do PASF.

3. Revitalização refere-se a outra política governamental atuante na região do rio São Francisco, voltada para a recuperação ambiental da bacia, instituída pelo Decreto Presidencial nº 5, de junho de 2001.
4. Ver Portaria MI nº 89, de 16 de março de 2005, que atualiza a relação dos municípios pertencentes à região semiárida do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

MAPA 2

Primeira configuração territorial do Plano de Ação do São Francisco, de acordo com a Portaria MI nº 1.031 de 2007



Elaboração do autor.

Em 2008, por meio da Portaria MI nº 1.857, o número de municípios foi reduzido para 837, principalmente pelo encolhimento da abrangência da área do plano nos estados da Bahia, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, e a exclusão do Piauí. Ao mesmo tempo, regiões da bacia anteriormente não alcançadas pelo plano foram incorporadas. Com essa configuração territorial o PASF passou a incluir toda a bacia hidrográfica do São Francisco (mapa 3).

A partir da Portaria MI nº 101 de 2009 o PASF assumiu sua atual configuração, abrangendo 789 municípios. A diminuição mais importante no número de municípios se deu em Minas Gerais, com a exclusão daqueles situados no entorno de Belo Horizonte, que correspondem a porções das bacias dos rios das Velhas e Paraopeba, além das regiões metropolitanas de Fortaleza e João Pessoa, e da exclusão do Distrito Federal e dos municípios do estado de Goiás, que haviam sido incorporados no arranjo territorial anterior. Por outro lado, o aumento mais importante deu-se no estado da Paraíba, que teve dezenove municípios incorporados ao plano (tabela 1, mapa 4).

TABELA 1
Número de municípios, por estado, nas três configurações do Plano de Desenvolvimento das Áreas da Integração e Revitalização (ou Plano de Ação) do rio São Francisco

Estado/Portaria	Portaria 1.031/2007	Portaria 1.857/2008	Portaria 101/2009
Alagoas	38	49	49
Bahia	266	115	115
Ceará	150	56	42
Paraíba	170	127	146
Pernambuco	122	126	121
Piauí	128	0	0
Rio Grande do Norte	147	94	95
Sergipe	29	28	28
Goiás	0	3	0
Distrito Federal	0	1	0
Minas Gerais	85	238	193
Total	**1.135**	**837**	**789**

Elaboração do autor.

MAPA 3

Segunda configuração territorial do Plano de Ação do São Francisco, de acordo com a Portaria MI nº 1.857 de 2008

Elaboração do autor.

MAPA 4
Atual configuração territorial do Plano de Ação do São Francisco, de acordo com a Portaria MI nº 101 de 2009

Elaboração do autor.

Essas alterações na configuração territorial sugerem mudanças no foco temático do plano, que de uma "perspectiva" principalmente voltada para a região do Semiárido, expressa na Portaria MI nº 1.031 de 2007, deslocou-se para uma "perspectiva" de bacia hidrográfica, evidenciada na Portaria MI nº 1.857 de 2008. Finalmente, o presente arranjo territorial aponta a exclusão de porções mais ricas, desenvolvidas (e degradadas) da bacia, as quais possuiriam, pelo menos potencialmente, maiores possibilidades para a criação ou acesso a políticas públicas semelhantes àquelas apoiadas pelo PASF.

E esse parece ser mesmo o caso, pois apenas para o rio das Velhas haveria, em um plano elaborado pelo estado de Minas Gerais para a revitalização da bacia, cerca de R$ 2 bilhões, recursos destinados à construção de sistemas de coleta e tratamento de esgoto, à recuperação de áreas de preservação permanente, a ações de educação ambiental, e à criação de unidades de conservação, entre outras. Os recursos financeiros seriam oriundos dos orçamentos da União, do estado de Minas Gerais, e dos municípios de Belo Horizonte, Contagem, Itabirito, Ouro Preto, Nova Lima, Vespasiano, Lagoa Santa, Ribeirão das Neves, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais e de empréstimos da Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e do Banco Mundial (Machado, 2008). Este arranjo final indicaria, portanto, a priorização do PASF em municípios com menor potencial de acesso a políticas públicas.

Além de coordenar a elaboração do Plano de Desenvolvimento das Áreas de Integração e Revitalização do São Francisco, a Portaria MI nº 1.031 de 2007 atribuiu ao grupo de trabalho os objetivos adicionais de monitorar a implementação, viabilizar a integração de ações e promover parcerias, sinergias e a complementaridade das ações de interesse para o desenvolvimento sustentável na área de abrangência do plano. O objetivo deste estudo é apresentar as ações governamentais desenvolvidas e avaliá-las sob a perspectiva das diretrizes que pautaram a proposição do Plano da Ação do São Francisco.

2 MÉTODOS

Os dados utilizados neste estudo foram disponibilizados pelo Ministério da Integração Nacional e tratam de ações financiadas com recursos do governo federal na área de abrangência do PASF, em sua configuração atual, definida pela Portaria MI nº 101/2009. Os dados constavam em 271 arquivos Excel, sendo as informações, inicialmente, analisadas para avaliação da consistência e qualidade, pois as planilhas haviam sido preenchidas por

diversas entidades (seção 3), em resposta a uma consulta do MI, realizada no primeiro semestre de 2009, a respeito dos investimentos federais efetuados (até 2008) e planejados (para 2009 e 2010) nos municípios inseridos no PASF.

O anexo A apresenta o modelo da planilha elaborada pelo MI e enviada às entidades consultadas para o levantamento de informações. Cabe ressaltar que os dados disponibilizados pelo MI e utilizados neste trabalho não incluem todas as ações do governo federal nos municípios de abrangência do PASF. Por exemplo, não constam dos dados utilizados investimentos em infraestrutura de transporte, embora estivessem ocorrendo na região ações desta natureza.

A avaliação inicial dos arquivos indicou que parte importante deles não apresentava os dados no formato solicitado. Dessa maneira, foi necessário organizar as informações para compor uma base de dados padronizada e que permitisse a realização de análises. Além da organização dos dados, mostrou-se necessário verificar o recorte espacial da informação (municipal ou outro), atentando-se ainda para a identificação de problemas relacionados à duplicidade de informações (isto é, um mesmo investimento sendo apresentado em mais de uma planilha), e à possibilidade da ação informada extrapolar a área de abrangência do PASF. Por fim, e ainda com relação à avaliação dos dados, verificou-se o enquadramento da ação dentro de seis *grupos temáticos* definidos pelo MI, conforme tabela 2.

Quanto à organização da base de dados, aqueles não informados diretamente no campo especifico do formulário e/ou não apresentados no formato solicitado foram inseridos por este autor, quando passível de cálculo ou disponibilizado pelas entidades consultadas em outros campos do formulário. Em alguns casos foi necessário estimar valores, de forma a aproveitar informações apresentadas nos formulários. Nestas situações foram usados, quando apropriado, a população municipal ou a área do município (anexo B). Por exemplo, no caso de uma ação que envolvia financiamento para pequenos agricultores em um conjunto de municípios vinculados a uma determinada agência bancária, o total de contratos e o montante de recursos alocados para tal agência foram repartidos entre os municípios vinculados à mesma proporcionalmente à população municipal de 2010, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Já no caso de uma ação que envolvia o mapeamento de um conjunto de municípios, o valor total alocado para esta ação foi distribuído proporcionalmente à área municipal – também a partir de dados do IBGE.

O trabalho de organização dos dados buscou aproveitar ao máximo a característica da indicação espacial da informação, ou seja, a especificação dos municípios onde as ações estavam incidindo. Embora a planilha modelo apresentasse campo específico para a apresentação da meta física da ação, esta variável acabou não sendo aproveitada para análises devido à forma heterogênea com que tal campo foi preenchido.

Os dados organizados foram analisados e geraram tabelas, gráficos e mapas, utilizados para a avaliação dos investimentos governamentais na área do PASF. O grau de concentração das ações, considerando classes do número de ações e classes do valor dos investimentos, foi avaliado por meio do índice de Gini,[5] por estado e para o conjunto dos dados. O índice de Gini varia de 0 a 1, sendo que o valor "0" representa a situação de absoluta igualdade – no presente estudo, todos os municípios estariam sendo assistidos por um mesmo número de ações ou recebendo o mesmo valor em investimentos – e o valor "1" representa o extremo oposto, ou seja, as ações e investimentos estariam sendo direcionados para apenas um município.

TABELA 2
Grupos temáticos de enquadramento das ações governamentais

	Grupos temáticos	Entidades participantes
G.1	Apoio aos pequenos produtores rurais e pequenos empreendedores urbanos/geração de emprego e renda: • assistência técnica • cooperativismo • crédito/microcrédito • tecnologias adaptadas/difusão tecnológica • agricultura familiar	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Integração Nacional (MI), Banco do Brasil (BB), Banco do Nordeste (BNB), Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
G.2	Meio ambiente: • recuperação de áreas degradadas • combate ao desmatamento • saneamento básico/esgotamento sanitário • tratamento de resíduos sólidos • controle de processos erosivos • outorga do uso da água • unidades de conservação • reservas extrativistas • matriz energética	Ministério do Meio Ambiente (MMA), MI (Revitalização, PBAs-PISF), Ministério das Cidades (MCidades), Fundação Nacional de Saúde (Funasa), MDA, Embrapa, Ministério de Minas e Energia (MME), SEAP

(Continua)

5. O índice de Gini é utilizado tradicionalmente para medir o grau de concentração de renda. Como um exemplo de sua aplicação, no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2004 (PNUD, 2004) o Brasil é listado com índice de Gini de 0,590, colocando-o como sétimo país do mundo, entre os 127 estudados, com maior concentração de renda (a Namíbia foi o país que apresentou maior concentração, com índice de 0,707, enquanto a Hungria apresentou a menor concentração – índice de 0,244).

(Continuação)

	Grupos temáticos	Entidades participantes
G.3	Regularização fundiária	MDA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra), MI (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF)
G.4	Perímetros irrigados • Pequenos irrigantes: agricultura familiar no agronegócio	MI (DNOCS, CODEVASF), MDA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa)
G.5	Acesso à água • Água para Todos • Cisternas • Atlas nordeste	MI, MDS, MMA
G.6	Agenda Social/ações sociais • Bolsa Família • Escolas técnicas • Programas de saúde • Luz para Todos	Secretaria-Geral da Presidência da República, MDS, Ministério da Educação (MEC), Ministério da Saúde (MS), MME

Fonte: Ministério da Integração Nacional (2009).

A semelhança entre a estrutura de distribuição dos municípios por estado, considerando as classes do número de ações e de investimento, foi também investigada por meio da técnica de análise hierárquica de agrupamentos, utilizando o método *between-groups linkage*, ou seja, por meio do cálculo da média entre todos os pares de observações possíveis, com cada uma das observações pertencentes a agrupamentos distintos – e tendo como medida de distância a euclidiana elevada ao quadrado.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Devido à diversidade de situações encontradas com relação ao preenchimento das planilhas disponibilizadas pelo Ministério da Integração Nacional e utilizadas neste estudo cabem, inicialmente, alguns comentários. Destaca-se, em primeiro lugar, que um dos quinze arquivos apresentados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) continha informações sobre duas ações. Assim, o total de ações informadas ao Ministério da Integração Nacional pelas entidades que responderam à consulta foi de 272. Destas, apenas 21 planilhas seguiram integralmente as orientações para preenchimento e apresentaram adequadamente as informações solicitadas. Consequentemente, a grande maioria das planilhas teve suas informações, quando possível, completadas, corrigidas ou estimadas, de maneira a permitir a organização da base de dados e a realização de análises (anexo B).

A seguir são apresentados comentários gerais sobre o conteúdo das planilhas, considerando a entidade provedora da informação.

Banco do Brasil (inclui Fundação Banco do Brasil)

O Banco do Brasil (BB) apresentou três planilhas, sendo a mais importante aquela com dados sobre financiamentos do *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar* (*PRONAF*) para a região de interesse. Uma das planilhas refere-se a uma ação "por demanda", não sendo especificamente direcionada aos municípios do Plano de Ação. Assim, no caso desta planilha, os dados referentes a 2009-2010, informados por estado, não foram considerados, por extrapolarem os limites da área sob estudo. Os dados até 2008, contudo, foram aproveitados, filtrados para os municípios de interesse.

Banco do Nordeste do Brasil

Os dados do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) constaram em cinco planilhas, sendo que as informações foram prestadas *por agência*, e não por município. Como as planilhas indicavam os municípios abrangidos pelas agências foi possível ajustar os valores informados por agência proporcionalmente à população dos municípios sob jurisdição da agência.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

As 36 planilhas com informações sobre ações da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) foram bastante heterogêneas com relação ao preenchimento. Para nove delas os valores investidos nos municípios foram estimados, enquanto que para cinco delas isto não foi possível porque as informações foram apresentadas para territórios. As restantes apresentavam as informações de maneira satisfatória.

Ministério das Cidades

As quatro planilhas do Ministério das Cidades (MCidades) foram aproveitadas, com a ressalva de que apresentavam apenas os investimentos planejados para 2009 e 2010, faltando os dados referentes aos investimentos realizados até 2008 na área de abrangência do PASF.

Ministério do Desenvolvimento Agrário (inclui o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária)

Para a maioria das quinze planilhas com ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi necessário estimar os valores de investimentos nos municípios. Três delas apresentaram dados discriminados por território, não permitindo, portanto, estimar os valores de investimentos para municípios por faltarem informações referentes

à abrangência dos territórios. Uma das planilhas (PRONAF) não foi considerada para análise, pois implicaria a duplicação de dados informados pelo Banco do Brasil e pelo Banco do Nordeste do Brasil, que operacionalizam os créditos deste programa. Finalmente, dados de duas planilhas/ações não foram utilizados por extrapolarem a área de abrangência do PASF (ações de revitalização de bacias hidrográficas no Piauí e Ceará).

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Cinco das oito planilhas com ações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) na área do PASF tiveram os valores dos investimentos estimados para municípios, usando a população como fator de ponderação. Uma das planilhas continha apenas dados de presença e ausência, correspondendo a uma ação voltada para implantação de telecentros a partir de computadores usados, doados por empresas que colaboram com a ação.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Das dez ações informadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), uma extrapolou os limites da área do PASF (Programa de Aquisição de Alimentos), outra requereu estimar o montante aplicado por município, enquanto duas indicaram apenas o território. As demais apresentaram as informações de maneira satisfatória, com destaque para o *Programa Bolsa Família*, a ação com maior volume de investimento na área de abrangência do PASF, conforme será visto adiante.

Ministério da Educação

As planilhas referentes às ações do Ministério da Educação (MEC) encontravam-se, em sua grande maioria, adequadamente preenchidas. Apenas para uma das dez apresentadas foi preciso estimar o montante de investimentos por município.

Ministério da Integração Nacional (inclui Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste)

As planilhas do Ministério da Integração Nacional foram preenchidas de maneira bastante heterogênea. Das 55 planilhas apresentadas, trinta tiveram os valores dos investimentos por município estimados, oito indicavam apenas os territórios onde os investimentos ocorreram ou ocorreriam, e duas não foram aproveitadas por apresentarem risco de conter informações duplicadas. As planilhas restantes apresentavam informações de maneira apropriada.

Ministério do Meio Ambiente

As 58 planilhas do Ministério do Meio Ambiente (MMA), o órgão que informou o maior número de ações à consulta do MI, também foram preenchidas de maneira heterogênea. Sete delas não indicavam valores e/ou informavam que as ações correspondentes estavam em fase de planejamento ou não possuíam previsão de orçamento, não sendo, portanto, consideradas nas análises. Os dados de outras quatro planilhas não foram aproveitados, também, devido à provável apresentação de informações duplicadas. Finalmente, treze planilhas especificaram apenas os territórios abrangidos pela ação, não permitindo estimar os valores dos investimentos por município.

Ministério das Minas e Energia

Das oito planilhas apresentadas pelo Ministério das Minas e Energia (MME), três diziam respeito a ações que estariam, ainda, em fase de planejamento (fomento e formalização da pequena mineração, geologia e geofísica e implantação de sistema heliotérmico), e uma dizia respeito a investimento privado (implantação de usinas eólicas). Logo, não foi possível aproveitá-las neste trabalho.

Ministério da Saúde (inclui a Fundação Nacional de Saúde)

As 23 planilhas com ações do Ministério da Saúde (MS) foram, de uma maneira geral, satisfatoriamente preenchidas. Uma das planilhas apresentava uma ação ainda em fase de planejamento (investigação e desenvolvimento tecnológico), outra apresentava apenas a indicação da presença da ação em determinados municípios (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência − SAMU), e duas especificavam apenas os territórios de abrangência da ação.

Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca[6]

As planilhas fornecidas pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), em número de dezessete, foram adequadamente preenchidas e não apresentaram restrições que impedissem o uso das informações, embora, em sua grande maioria, apresentassem apenas informações para o ano de 2009.

6. A Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca foi transformada, em 2009, no Ministério da Pesca e Aquicultura.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) apresentou ações executadas em apenas dois dos oito estados incluídos no PASF (Sergipe e Ceará). As ações apresentadas especificavam apenas territórios de abrangência, impossibilitando, desta forma, estimar os valores dos investimentos por município.

Em síntese, das 272 planilhas com ações desenvolvidas pelas entidades que responderam à consulta do MI quanto às ações desenvolvidas na área do PASF, 22 não foram consideradas nas análises por apresentarem elevado risco de duplicação de informação ou por conterem ações sem previsão orçamentária, ou ainda por indicarem investimento privado, enquanto uma planilha foi utilizada parcialmente (tabela 3). Outro conjunto de planilhas, com restrições intermediárias, foi considerado, mas de maneira parcial. É o caso das ações do Sebrae, que informou sobre investimentos em apenas dois estados, e ainda daquelas ações que especificaram apenas territórios. O anexo B detalha este quadro.

TABELA 3
Número de planilhas utilizadas e não utilizadas neste trabalho para as entidades que responderam à consulta do MI sobre as ações na área de abrangência do PASF

Entidade	Planilhas utilizadas	Planilhas não utilizadas
Banco do Brasil (inclui Fundação Banco do Brasil)	3[1]	0
Banco do Nordeste do Brasil	5	0
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	36	0
Ministério das Cidades	4	0
Ministério do Desenvolvimento Agrário (inclui Incra)	12	3
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	8	0
Ministério do Desenvolvimento Social	9	1
Ministério da Educação	10	0
Ministério da Integração Nacional (inclui CODEVASF e Sudene)	53	2
Ministério do Meio Ambiente	47	11
Ministério das Minas e Energia	4	4
Ministério da Saúde (inclui Funasa)	22	1
Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca	17	0
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	20	0
Total	**250**	**22**

Elaboração do autor.
Nota: [1] Uma planilha foi utilizada parcialmente (apenas dados de 2008, ver texto).

A título de informação, as 22 planilhas com restrições e não utilizadas nas análises a seguir somaram pouco mais de R$ 8,084 bilhões considerando os três períodos (investimentos realizados até 2008, investimentos planejados para 2009 e investimentos planejados para 2010). Tais valores concentraram-se em apenas três ações: o PRONAF (R$ 5,095 bilhões), o Programa de Aquisição de Alimentos (R$ 2,021 bilhões) e investimentos em energia eólica (R$ 0,862 bilhão). Como já apontado, os dados do PRONAF informados pelo MDA não foram considerados para evitar duplicação com aqueles que constavam em planilhas do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste do Brasil, além do fato de que a planilha informava, aparentemente, o total alocado para o programa, não especificando valores por município.

No caso das informações prestadas pelo MDS sobre o Programa de Aquisição de Alimentos, estas se referiam a investimentos por estado, extrapolando, portanto, os limites do PASF. Finalmente, os investimentos informados pelo MME relacionados a energia eólica seriam oriundos da iniciativa privada. Os R$ 106 milhões restantes distribuíram-se entre oito ações que informaram valores, mas extrapolavam a área de abrangência do PASF ou apresentavam risco de sobreposição com outras ações, enquanto as onze ações remanescentes não apresentaram valores.

3.1 Avaliação das ações e dos investimentos do governo federal na área do PASF – uma visão geral

Os investimentos realizados e planejados pelas entidades que responderam à consulta do Ministério da Integração Nacional totalizaram R$ 32,3 bilhões para os três períodos considerados, sendo Pernambuco, Bahia e Minas Gerais os maiores beneficiários, com montantes estimados em R$ 7,2, R$ 6,9 e R$ 5,3 bilhões, respectivamente, ou 60% do valor total (tabela 4). Os investimentos realizados até 2008 corresponderam a 54% do total informado, ou R$ 17,5 bilhões (tabela 4).

Cabe observar que não houve um padrão em relação ao número de anos considerados pelas entidades ao informar sobre os investimentos realizados até 2008. Parte significativa das entidades não apresentou tal informação (ou, então, não possuía investimentos no período), pois apenas 147 das 250 planilhas consideradas – ou seja, 59% das planilhas – continham dados sobre os investimentos realizados até 2008 (tabela 5).

Para a maioria das planilhas que continham dados, o valor correspondia apenas ao montante dos investimentos realizados no ano de 2008. Mas, em alguns poucos casos, como naquele do *Programa Bolsa Família*, o montante informado correspondeu a seis anos (de 2003 a 2008), perfazendo o montante de R$ 6,6 bilhões, ou seja, mais de 35% do total de investimentos estimado para tal período (tabela 4).

Outras três ações que apresentaram grande peso nos investimentos realizados até 2008 foram as linhas de crédito do PRONAF operadas pelo Banco do Brasil (R$ 0,6 bilhão) e pelo Banco do Nordeste do Brasil (R$ 5,1 bilhões), e o *Programa Luz para Todos*, do MME (R$ 1,9 bilhão). Somadas, estas quatro ações alcançaram R$ 14,2 bilhões em investimentos até 2008, ficando R$ 3,3 bilhões restantes alocados nos investimentos realizados nas 143 ações remanescentes consideradas para o período.

Para o ano de 2009 foram informados investimentos planejados em 219 ações, ou seja, 88% das planilhas continham informações para o período, enquanto para 2010 apenas 132 planilhas apresentaram registros sobre os investimentos planejados. Consequentemente, o número de ações com investimentos informados foi desigual entre os três períodos sob análise (tabela 5).

TABELA 4
Investimentos realizados até 2008 e planejados para 2009 e 2010 nos estados de abrangência do PASF
(Em R$)

Estados	Até 2008	2009	2010	**Total**
Alagoas	1.581.721.341	664.640.239	579.762.475	**2.826.124.055**
Bahia	3.782.737.596	1.691.465.386	1.402.849.719	**6.877.052.701**
Ceará	1.551.716.059	796.382.636	590.811.112	**2.938.909.807**
Minas Gerais	2.851.702.087	1.337.240.202	1.104.166.661	**5.293.108.950**
Paraíba	1.893.181.392	835.226.567	720.230.773	**3.448.638.732**
Pernambuco	3.846.547.181	1.761.696.358	1.555.442.531	**7.163.686.070**
Rio Grande do Norte	1.339.957.040	535.189.583	613.729.372	**2.488.875.995**
Sergipe	698.459.498	283.741.543	241.213.229	**1.223.414.270**
Outros[1]	2.817.750	7.887.420	5.757.446	**16.462.616**
Total	**17.548.839.945**	**7.913.469.932**	**6.813.963.318**	**32.276.273.196**

Elaboração do autor.
Nota: [1] Refere-se ao montante informado em planilhas que apresentavam dados agregados para mais de um estado, para a bacia do rio São Francisco de maneira genérica etc.

Considerando o quadro geral dos investimentos realizados e planejados, o MDS foi o responsável pelo maior aporte de recursos na área do PASF, com R$ 11,3 bilhões (34,9% do total). Após o MDS destacam-se como detentores das maiores participações o BNB (R$ 6,8 bilhões ou 21,0% do total) e o MI (R$ 3,3 bilhões ou 10,2% do total). Seguem o BB, MME, MS e MEC, com contribuições em torno de 7% do montante total dos investimentos levantados, e o MCidades e MDA,[7] com aportes em torno de 2% do total. Finalmente, as contribuições do MMA, Embrapa, SEAP, Sebrae e MDIC foram, em conjunto, menores que 0,4% em relação ao total dos investimentos levantados (tabela 5).

TABELA 5
Investimentos realizados até 2008, previsões para 2009 e 2010 e total (em R$), e respectivo número de ações (entre parênteses), pelas catorze entidades que responderam à consulta do MI sobre os investimentos na área do Plano de Ação do São Francisco

Entidade	Até 2008	2009	2010	Total	(%)
Banco do Brasil (inclui Fundação Banco do Brasil em 2008)	1.001.894.658 (3)	675.156.535 (2)	711.967.999 (2)	2.389.019.192 (3)	7,40
Banco do Nordeste do Brasil	5.117.364.322 (4)	892.932.797 (5)	771.968.170 (4)	6.782.265.289 (5)	21,01
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	2.693.940 (21)	30.355.563 (30)	3.721.100 (16)	36.770.603 (36)	0,11
Ministério das Cidades	0 (0)	468.402.415 (4)	311.614.288 (4)	780.016.703 (4)	2,42
Ministério do Desenvolvimento Agrário (inclui Incra)	256.651.263 (11)	274.799.366 (12)	116.188.030 (5)	647.638.659 (12)	2,01
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	650.000 (4)	3.720.000 (8)	630.000 (3)	5.000.000 (8)	0,02
Ministério do Desenvolvimento Social	7.139.675.272 (8)	2.039.520.293 (9)	2.075.974.301 (6)	11.255.169.866 (9)	34,87
Ministério da Educação	600.262.417 (10)	878.233.662 (10)	791.676.483 (7)	2.270.172.562 (10)	7,03
Ministério da Integração Nacional (inclui CODEVASF e Sudene)	1.078.878.814 (32)	1.381.536.405 (49)	841.531.229 (33)	3.301.946.448 (53)	10,23
Ministério do Meio Ambiente	22.301.707 (28)	23.453.219 (36)	13.245.120 (14)	59.000.046 (47)	0,18
Ministério das Minas e Energia	1.910.791.924 (3)	239.666.486 (2)	234.316.486 (1)	2.384.774.896 (4)	7,39
Ministério da Saúde (inclui Funasa)	415.131.940 (12)	986.643.274 (20)	937.363.339 (18)	2.339.138.553 (22)	7,25
Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca	1.583.339 (4)	14.160.463 (12)	290.000 (1)	16.033.802 (17)	0,05

(Continua)

7. Cabe lembrar que os recursos operados pelo BNB e BB referentes ao PRONAF são oriundos do orçamento desta pasta.

(Continuação)

Entidade	Até 2008	2009	2010	Total	(%)
Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas	960.349 (7)	4.889.455 (20)	3.476.772 (18)	9.326.576 (20)	0,03
Total	**17.548.839.945 (147)**	**7.913.469.932 (219)**	**6.813.963.318 (132)**	**32.276.273.196 (250)**	**100,00**

Elaboração do autor.

A tabela 6 apresenta os valores executados e planejados dos investimentos para os três períodos e para cada um dos seis grupos temáticos definidos pelo MI (tabela 2). Os grupos temáticos foram, por sua vez, divididos em subcategorias, com a finalidade de melhor descrever os investimentos governamentais.

O grupo temático 1 (G.1) – *Ações de Apoio aos Pequenos Produtores Rurais e Pequenos Empreendedores Urbanos* – foi aquele que apresentou o maior número de ações (114 das 250 ações consideradas pertenciam a este grupo temático) (tabela 6). Com relação a valores, o grande destaque foram os investimentos em crédito que, como já visto, se deram principalmente por meio do PRONAF, operado pelo BB e BNB, que alcançaram R$ 7,9 bilhões ou 24,6% do investimento total levantado, considerando os três períodos (tabela 6; para a identificação das ações nas subcategorias, anexo B).

Associado ao crédito destacam-se, a seguir, ações para apoio à produção em geral e à produção rural em particular, desenvolvidas por várias entidades (MI, BB, MDA, MDS, Embrapa, MMA, SEAP e Sebrae). Em ordem de importância dos investimentos seguem diversas ações relacionadas à assistência técnica e extensão rural (Ater), envolvendo a Embrapa e o MDA. Fecham este grupo temático as ações relacionadas ao apoio a empresas, por meio do MDIC, e em pesquisa e desenvolvimento (P&D), a cargo da Embrapa (tabela 6 e anexo B).

As ações relacionadas ao *Meio Ambiente* (G.2) somaram 59 no total, o segundo grupo mais numeroso. O maior volume de recursos foi destinado a intervenções relacionadas a saneamento, predominantemente a implantação de sistemas de esgotamento sanitário, com um montante de R$ 1,8 bilhão ou 5,7 % do total de investimentos nos três períodos (tabela 6; para a identificação das ações nas subcategorias, anexo B). Destacam-se ainda, no G.2, ações voltadas para a recuperação ambiental (por exemplo, revitalização de bacias hidrográficas, recuperação de matas ciliares, controle de erosões etc.), e de manejo de resíduos sólidos (elaboração de planos de gestão, eliminação de lixões etc.).

TABELA 6

Investimentos governamentais realizados até 2008 e previsão para 2009 e 2010 (em R$), por grupos e subgrupos temáticos; e respectivo número de ações (NA)

	Até 2008			2009			2010			Total		
	R$	NA	(%)	R$	NA	(%)	R$	NA	(%)	R$	NA	(%)
G.1 – Apoio aos pequenos produtores rurais e pequenos empreendedores urbanos												
Crédito	5.494.180.124	5	31,31	1.261.047.440	6	15,94	1.176.894.279	5	17,27	7.932.121.843	6	24,58
Apoio à produção	629.688.162	2	3,59	315.167.531	5	3,98	312.470.249	3	4,59	1.257.325.942	5	3,90
Apoio à produção rural	103.256.984	24	0,59	179.683.000	43	2,27	16.359.956	20	0,24	299.299.940	50	0,93
Ater	11.224.402	24	0,06	68.987.888	40	0,87	68.334.474	27	1,00	148.546.765	42	0,46
Apoio a empresas	650.000	4	<0,01	3.779.357	9	0,05	630.000	3	0,01	5.059.357	9	0,02
P&D	7.500	1	<0,01	144.503	2	<0,01	99.668	2	<0,01	251.671	2	<0,01
Subtotal	6.239.007.173	60	35,55	1.828.809.720	105	23,11	1.574.788.626	60	23,11	9.642.605.518	114	29,88
G.2 – Meio ambiente												
Saneamento	501.444.472	2	2,86	960.278.267	8	12,13	387.112.539	7	5,68	1.848.835.278	8	5,73
Recuperação ambiental	113.601.553	10	0,65	117.066.478	13	1,48	39.716.672	3	0,58	270.384.704	13	0,84
Resíduos sólidos	36.163.724	2	0,21	4.676.766	4	0,06	42.642.214	4	0,63	83.482.704	5	0,26
Monitoramento e fiscalização	3.442.400	6	0,02	2.829.331	8	0,04	1.402.000	3	0,02	7.673.731	9	0,02
Capacitação	2.116.502	8	0,01	1.412.831	6	0,02	100.000	1	<0,01	3.629.332	10	0,01
Combate à desertificação	-	-	-	1.500.000	3	0,02	1.891.258	3	0,03	3.391.258	4	0,01
Unidades de conservação	0	0	0,00	240.000	1	<0,01	2.270.000	2	0,03	2.510.000	2	0,01
Recursos hídricos	1.209.284	2	0,01	629.850	3	0,01	0	0	0,00	1.839.134	3	0,01
P&D	667.615	2	<0,01	257.198	2	<0,01	243.518	3	<0,01	1.168.331	5	<0,01
Subtotal	658.645.550	32	3,75	1.088.890.721	48	13,76	475.378.202	26	6,98	2.222.914.473	59	6,89
G.3 – Regularização fundiária												
Regularização fundiária	177.345.005	4	1,01	64.896.104	4	0,82	54.394.600	2	0,80	296.635.709	4	0,92
Subtotal	177.345.005	4	1,01	64.896.104	4	0,82	54.394.600	2	0,80	296.635.709	4	0,92

(Continua)

(Continuação)

	Até 2008			2009			2010			Total		
	R$	NA	(%)	R$	NA	(%)	R$	NA	(%)	R$	NA	(%)
G.4 – Perímetros irrigados												
Infraestrutura	34.006.585	9	0,19	199.676.615	9	2,52	189.710.715	7	2,78	423.393.914	12	1,31
Ater	46.600	2	<0,01	14.505.700	4	0,18	15.235.460	4	0,22	29.787.760	4	0,09
P&D	172.439	2	<0,01	20.000.000	1	0,25	0	0	0,00	20.172.439	3	0,06
Subtotal	34.225.624	13	0,20	234.182.315	14	2,96	204.946.175	11	3,01	473.354.113	19	1,47
G.5 – Acesso à água												
Infraestrutura	575.778.274	7	3,28	1.018.053.841	12	12,86	822.805.476	8	12,08	2.416.637.591	14	7,49
Ater	1.377.000	1	0,01	48.000	2	>0,01	12.000	1	<0,01	1.437.000	2	<0,01
Subtotal	577.155.274	8	3,29	1.018.101.841	14	12,87	822.817.476	9	12,08	2.418.074.591	16	7,49
G.6 – Agenda social												
Transferência de renda	6.716.485.710	2	38,27	1.941.596.947	2	24,54	1.941.596.947	2	28,49	10.599.679.604	2	32,84
Energia	1.909.414.278	1	10,88	234.316.486	1	2,96	234.316.486	1	3,44	2.378.047.249	1	7,37
Educação	600.300.327	11	3,42	879.123.362	12	11,11	791.700.483	8	11,62	2.271.124.172	12	7,04
Saúde	412.106.830	11	2,35	568.732.411	13	7,19	713.864.324	12	10,48	1.694.703.564	15	5,25
Assistência social	224.154.174	5	1,28	54.820.026	6	0,69	160.000	1	<0,01	279.134.200	8	0,86
Subtotal	9.862.461.319	30	56,20	3.678.589.231	34	46,49	3.681.638.240	24	54,03	17.222.688.790	38	53,36
Total	**17.548.839.945**	**147**	**100,00**	**7.913.469.932**	**219**	**100,00**	**6.813.963.318**	**132**	**100,00**	**32.276.273.195**	**250**	**100,00**

Elaboração do autor.

Seguem mais seis subcategorias de ações relacionadas a monitoramento e fiscalização ambiental, capacitação (e educação ambiental), combate à desertificação, unidades de conservação, recursos hídricos e pesquisa e desenvolvimento, que em conjunto somam 33 ações e representaram menos do que 0,1 % do montante de investimentos em ações ambientais informados para os três períodos (tabela 6). As ações inseridas neste grupo estavam sob responsabilidade do MMA, MCidades, MS, MI, Embrapa, MDA e MME. Destaca-se, ainda, a absoluta preponderância de ações e investimentos vinculados à chamada *Agenda Marrom*[8] (saneamento, recuperação ambiental, resíduos sólidos, combate à desertificação) quando comparada à *Agenda Verde*[9] (unidades de conservação) e à *Agenda Azul* (recursos hídricos) (tabela 6).

Os três grupos temáticos seguintes reuniram um menor número de ações quando comparados aos dois supracitados. O G.3 (*Regularização Fundiária*) e o G.4 (*Perímetros Irrigados*) apresentaram quatro e dezenove ações, respectivamente. Os investimentos totais levantados somaram R$ 296 milhões para o primeiro (alocados em crédito fundiário, cadastramento de terras etc.) por intermédio do MDA; e R$ 473 milhões para o segundo, principalmente em obras de manutenção e implantação de infraestrutura de perímetros irrigados e, secundariamente, assistência técnica para irrigantes e atividades de pesquisa (tabela 6; anexo B, para detalhes sobre as ações).

O G.5, por sua vez, reuniu um conjunto de dezesseis ações e investimentos da ordem de R$ 2,4 bilhões (7,5% do montante total) – executadas pelo MDS, MI, MS, MCidades, MMA, e MME – voltadas para o *Acesso à Água*, por meio da manutenção e implantação de infraestruturas (sistemas públicos de abastecimento de água e de sistemas difusos – cisternas, além dos programas *Segunda Água* e *Água para Todos*, sistemas de dessalinização e construção de poços e barragens subterrâneas (para detalhes, anexo B).

Finalmente, as 38 ações relacionadas ao G.6 (*Agenda Social*) somaram o maior volume de investimentos realizados e planejados para a área de influência do PASF, com 53,4% do valor total estimado para os três períodos. Entre as ações da Agenda Social, os investimentos mais vultosos se deram em transferência de renda, por meio do *Programa Bolsa Família*, do MDS, com R$ 10,6 bilhões ou 32,8% do total geral (tabela 6).

8. Agrega ações relacionadas à prevenção e controle da degradação ambiental decorrente de atividades poluidoras e atividades relacionadas, como estudos e pesquisas sobre poluição, qualidade do ar, da água e do solo.
9. Relaciona-se a ações vinculadas à política florestal e à conservação da biodiversidade.

Destacam-se ainda investimentos importantes em acesso à energia elétrica, por meio do *Programa Luz para Todos* operado pelo MME (R$ 2,4 bilhões ou 7,4% dos investimentos totais), em educação (pelo MEC, MDA e SEAP, R$ 2,3 bilhões ou 7,0% dos investimentos totais) e na área de saúde (pelo MS, R$ 1,7 bilhão ou 5,3% do total). Complementam este grupo ações em assistência social voltadas para jovens, famílias, e povos e comunidades tradicionais, sob a responsabilidade do MDS, MI e MMA (tabela 6 e anexo B).

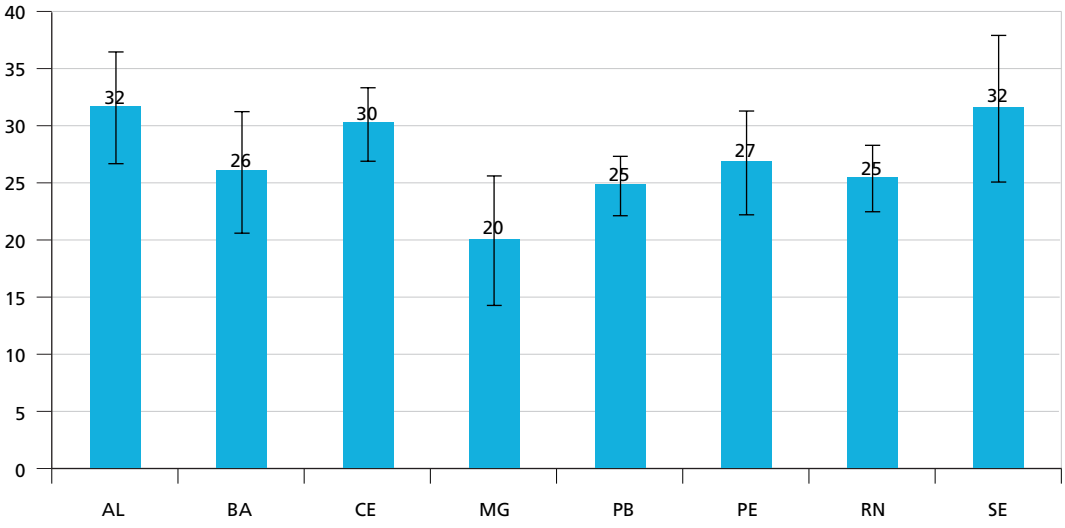
Em síntese, os grupos temáticos com maiores investimentos foram os que reuniram ações da Agenda Social, de apoio à produção, e de acesso à água, com R$ 17,2 bilhões, R$ 9,6 bilhões e R$ 2,4 bilhões em investimentos, respectivamente. E para estes três grupos os destaques foram os investimentos em transferência de renda, crédito para a agricultura familiar e a construção de sistemas de abastecimento e armazenamento de água. Seguem em importância dos investimentos realizados e planejados as ações nas áreas de meio ambiente (R$ 2,2 bilhões), implantação de perímetros irrigados (R$ 474 milhões) e regularização fundiária (R$ 296 milhões), com destaque para os investimentos em saneamento no caso das ações ambientais, na construção e manutenção de infraestruturas de irrigação e no crédito fundiário

3.2 Avaliação das ações e dos investimentos do governo federal nos municípios do PASF

Para a avaliação das ações e dos investimentos nos municípios inseridos no Plano de Ação do São Francisco foram utilizados apenas os dados de 2009. Isto se deu porque, como já visto, 2009 foi o ano que apresentou o maior número de ações informadas. Além disso, devido aos atrasos no início das obras relacionadas à integração do rio São Francisco a bacias hidrográficas do nordeste setentrional, as ações a partir de 2009 melhor caracterizariam o espectro de intervenções na área do plano associada a tal projeto.

Para o conjunto dos municípios do PASF, a média do número de ações governamentais planejadas para 2009 foi de 25,1 $\pm$ 5,7 (n=789). Considerando o número médio de ações por município por estado, as médias variaram entre 20,0 para Minas Gerais e 31,5 ações para Alagoas e Sergipe (gráfico 1).

GRÁFICO 1
Média (e desvio-padrão) do número de ações planejadas para 2009 nos municípios dos estados de abrangência do PASF
(Número de ações – *n*)



Elaboração do autor.

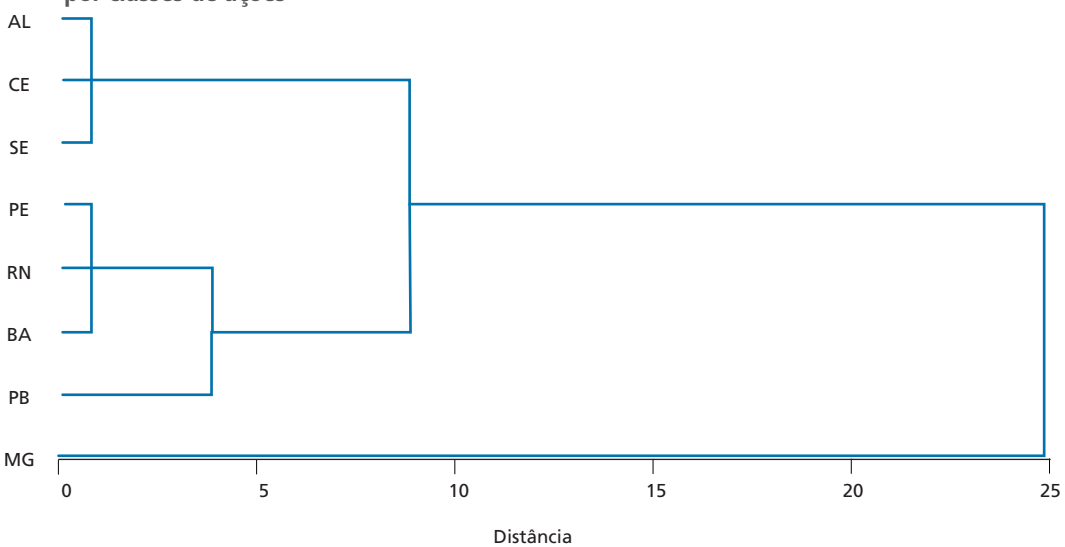
Pouco mais de um terço do conjunto total dos municípios teria sido beneficiado por algo entre 22 e 26 ações em 2009 e, de uma maneira geral, o índice de Gini demonstrou que o número de ações estaria bem distribuído entre os municípios: o valor encontrado foi de 0,12 considerando todos os municípios do PASF, enquanto os valores do índice por estado variaram entre 0,05, para a Paraíba, e 0,15, para Minas Gerais (tabela 7). A despeito da distribuição equilibrada do número de ações, a análise de agrupamentos realizada com o número de municípios por classe de ações identificou três subconjuntos de estados: *i*) o primeiro, composto por Alagoas, Sergipe e Ceará, agregou aqueles com um menor número de municípios na área de abrangência do PASF atendidos – relativamente – por um maior número de ações; *ii*) o segundo, composto por Pernambuco, Rio Grande do Norte, Bahia e Paraíba, reuniu estados com uma quantidade importante de municípios atendidos por um número intermediário de ações; e *iii*) o terceiro subconjunto é composto apenas por Minas Gerais, o estado com o maior número de municípios na área de abrangência do PASF, que por sua vez seriam beneficiados por um menor número de ações (gráfico 2; tabela 7; gráfico 1).

TABELA 7
Quantidade de municípios, por estado e por classes de ações governamentais (número), e índice de Gini, para o ano de 2009

Classes de ações	Alagoas	Bahia	Ceará	Minas Gerais	Paraíba	Pernambuco	Rio Grande do Norte	Sergipe	**Total**
Até 16 ações	0	0	0	65	1	0	0	0	**66**
16 a 18 ações	0	2	0	30	0	0	0	0	**32**
18 a 20 ações	0	8	0	26	5	2	2	0	**43**
20 a 22 ações	0	19	0	17	18	14	14	0	**82**
22 a 24 ações	1	23	2	13	44	26	26	2	**137**
24 a 26 ações	5	24	3	16	46	26	25	4	**149**
26 a 28 ações	9	9	8	8	23	18	14	9	**98**
28 a 30 ações	5	13	11	9	6	13	10	1	**68**
30 a 32 ações	10	4	10	4	2	11	2	1	**44**
32 a 34 ações	8	7	5	0	1	4	2	3	**30**
> 34 ações	11	6	3	5	0	7	0	8	**40**
Total	**49**	**115**	**42**	**193**	**146**	**121**	**95**	**28**	**789**
Índice de Gini	0,08	0,10	0,06	0,15	0,05	0,09	0,06	0,11	**0,12**

Elaboração do autor.

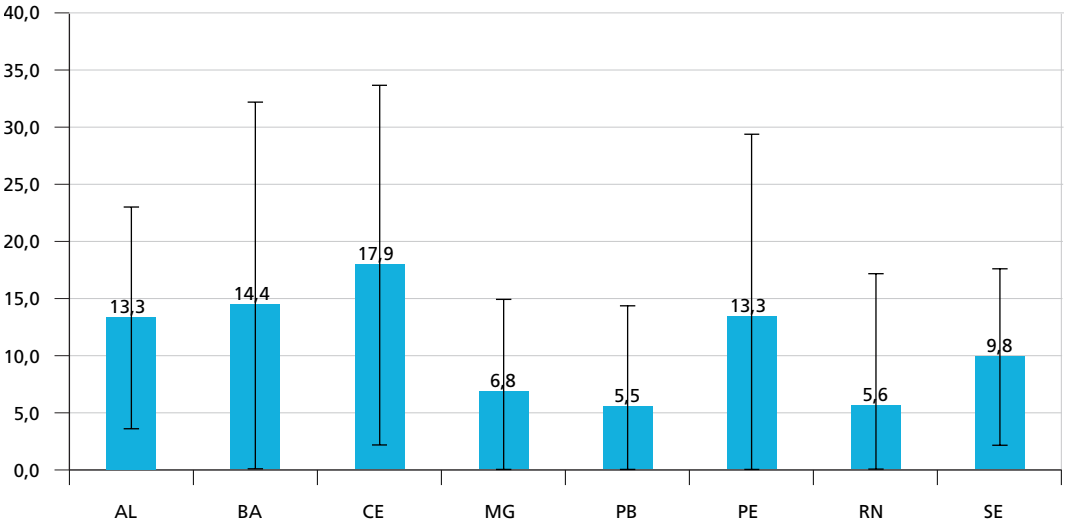
GRÁFICO 2
Agrupamento dos estados de abrangência do PASF de acordo com o número de municípios, por classes de ações



Elaboração do autor.

O valor médio dos investimentos governamentais planejados para os municípios de abrangência do PASF em 2009 foi de R$ 9,6 ± 13,0 milhões (*n*=789). As médias por município e por estado variaram entre R$ 5,5 milhões para aqueles da Paraíba e R$ 17,9 milhões para os municípios do Ceará. As variações em torno da média foram muito elevadas, de maneira que para cinco estados (Bahia, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte) o valor do desvio-padrão foi superior ao valor da média (gráfico 3).

GRÁFICO 3
Média (e desvio-padrão) do valor dos investimentos governamentais planejados para 2009 para municípios dos estados de abrangência do PASF
(Investimento em R$ milhões)



Elaboração do autor.

Pouco mais de um terço do conjunto total dos municípios (296 em 789) teria sido beneficiado por investimentos entre R$ 2 e R$ 6 milhões no ano de 2009. Diferente do observado anteriormente, o índice de Gini demonstrou que o montante de investimentos seria distribuído de maneira menos equitativa entre os municípios (o valor encontrado foi de 0,50, considerando todos os municípios inseridos no PASF, enquanto os valores calculados por estado variaram entre 0,33, para Alagoas, e 0,51,

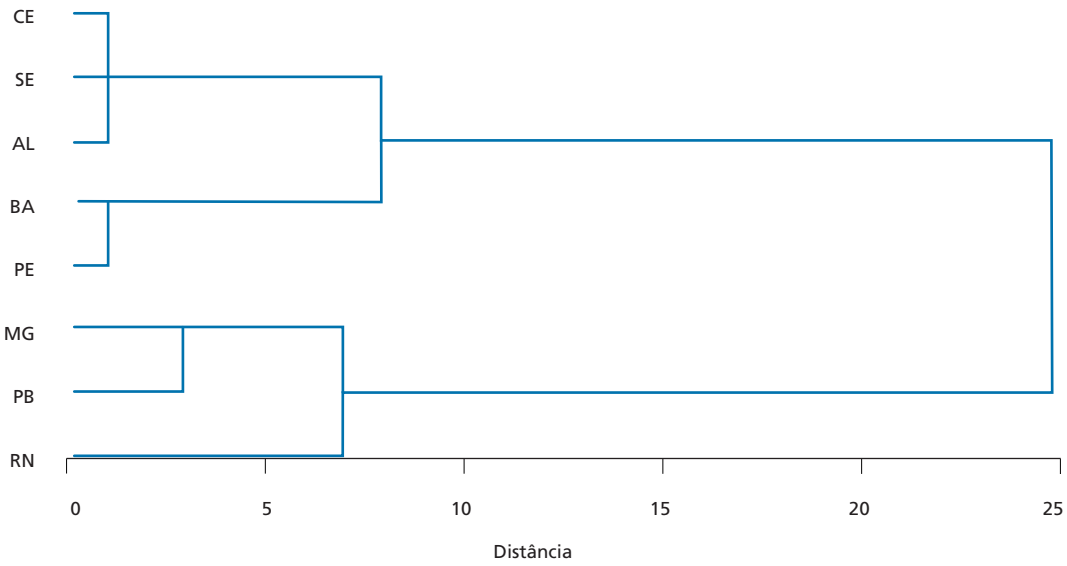
para Minas Gerais e Rio Grande do Norte) (tabela 8). A análise de agrupamentos, por sua vez, segregou três subconjuntos de estados: *i*) o primeiro, como na análise anterior, composto por Alagoas, Sergipe e Ceará, agregou estados com um menor número de municípios na área de abrangência do PASF e com uma distribuição relativamente regular do número de municípios por classe de investimentos; *ii*) o segundo, composto por Pernambuco e Bahia, reuniu os dois estados que apresentaram três características: *a*) grande número de municípios concentrados na faixa de R$ 2 a R$ 12 milhões em investimentos; *b*) nenhum município na menor faixa de investimento; e *c*) um número importante de municípios na classe com maior volume de investimentos; *iii*) e o terceiro subconjunto, composto por Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Norte, que apresentou maior quantidade de municípios nas classes com menores valores de investimentos (gráfico 4; tabela 8; e gráfico 3).

TABELA 8
Número de municípios, por estado e por classes de investimentos (em milhões de R$), e índice de Gini, para o ano de 2009

Classes de investimento	Alagoas	Bahia	Ceará	Minas Gerais	Paraíba	Pernambuco	Rio Grande do Norte	Sergipe	**Total**
Até 2 milhões de reais	0	0	0	48	33	0	26	1	**108**
2 a 4 milhões de reais	3	3	1	46	49	10	35	5	**152**
4 a 6 milhões de reais	2	28	7	32	32	23	13	7	**144**
6 a 8 milhões de reais	11	21	4	18	8	18	8	4	**92**
8 a 10 milhões de reais	8	15	3	10	10	15	5	1	**67**
10 a 12 milhões de reais	4	9	3	8	5	9	2	1	**41**
12 a 14 milhões de reais	5	3	4	3	2	10	1	2	**30**
14 a 16 milhões de reais	2	6	4	8	2	11	0	0	**33**
16 a 18 milhões de reais	4	5	4	6	0	3	1	4	**27**
18 a 20 milhões de reais	3	4	1	1	1	2	2	0	**14**
> 20 milhões de reais	7	21	11	13	4	20	2	3	**81**
Total	**49**	**115**	**42**	**193**	**146**	**121**	**95**	**28**	**789**
Índice de Gini	0,33	0,43	0,39	0,51	0,47	0,41	0,51	0,40	0,50

Elaboração do autor.

GRÁFICO 4
Agrupamento dos estados de acordo com o número de municípios, por classes de investimentos



Elaboração do autor.

Os mapas 5 a 11 ilustram a distribuição do número de ações (mapas A) e dos valores dos investimentos (mapas B) nos municípios de abrangência do PASF, considerando as iniciativas do grupo temático 1 (Apoio aos pequenos produtores rurais e pequenos empreendedores urbanos, mapa 5), do grupo temático 2 (Meio ambiente, mapa 6), do grupo temático 3 (Regularização fundiária, mapa 7), do grupo temático 4 (Perímetros irrigados, mapa 8), do grupo temático 5 (Acesso à água, mapa 9), do grupo temático 6 (Agenda social, mapa 10), e para o conjunto dos municípios da região (mapa 11).

As ações de apoio aos pequenos produtores e empreendedores tinham previsão de estar distribuídas, em 2009, por toda a área de abrangência do PASF. Entretanto, de uma maneira geral, os municípios do alto (das cabeceiras até a região de Pirapora, Minas Gerais) e médio São Francisco (entre Pirapora e Remanso, Bahia) apresentaram um menor número de ações previstas. Houve maior concentração de ações nos municípios localizados na área do submédio São Francisco (entre Remanso e Paulo Afonso, Bahia) e nos municípios que margeiam o rio no baixo São Francisco (de Paulo Afonso até a foz), além da região nordeste do Ceará e noroeste do Rio Grande do Norte (mapa 5A). O número de ações variou entre um (em 44 municípios mineiros) e dezessete para Juazeiro (Bahia) e Petrolina (Pernambuco).

Com relação aos investimentos em apoio à produção e ao empreendedorismo, observou-se maior concentração em municípios localizados nos extremos da área de abrangência do PASF, no alto São Francisco, e a partir da região do submédio São Francisco em direção a um eixo que margeia o leste do Ceará e a outro eixo aproximadamente alinhado e em paralelo ao baixo curso do rio (mapa 5B).

O valor dos investimentos deste grupo temático planejados para 2009 variou entre R$ 35 mil para Perdigão (Minas Gerais) e R$ 30 milhões para Petrolina (Pernambuco). As médias do número de ações por município e por estado para este grupo temático variou entre quatro (Minas Gerais) e dez (Sergipe), enquanto as médias dos investimentos ficaram entre R$ 1,2 milhão (Paraíba) e R$ 4,6 milhões (Ceará) (gráfico 5A), correspondendo a investimentos *per capita* entre R$ 83 (Bahia) e R$ 185 (Sergipe) (gráfico 6A).

As ações em meio ambiente planejadas para 2009 atingiriam 408 municípios (51,7% do total), sendo o maior número delas concentrado, também, na região de transição entre o médio e submédio São Francisco, e na região do submédio e o baixo São Francisco (mapa 6A). Já em relação aos investimentos, observou-se maior concentração em municípios localizados ao longo do canal principal do rio e de seus mais importantes tributários, e em alguns municípios dispersos na região sob influência direta e indireta do PISF (mapa 6B).

O número de ações ambientais por município variou entre um (para 169 municípios distribuídos entre os oito estados do PASF) e onze para Poço Redondo (Sergipe), enquanto o valor dos investimentos oscilou entre R$ 652 para Vargem Bonita (Minas Gerais) e R$ 69 milhões para Juazeiro (Bahia). A média do número de ações em meio ambiente por município registrou valores entre 0,1 (Paraíba) e 3 (Alagoas e Sergipe), enquanto as médias dos investimentos variaram entre R$ 412 mil para os municípios paraibanos e R$ 2,7 milhões para os municípios baianos (gráfico 5B). Os investimentos *per capita* em meio ambiente situaram-se entre R$ 24 para o Ceará e R$ 176 para Sergipe (gráfico 6B).

As ações relacionadas à regularização fundiária, por sua vez, tinham como previsão alcançar 262 municípios em 2009 (33,2% do total), com um maior número delas ocorrendo em municípios do nordeste do Ceará e centro-norte do Rio Grande do Norte (mapa 7A). Com relação aos municípios com maiores investimentos, destacam-se alguns do estado de Minas Gerais, do sudeste do Ceará, da região central e noroeste do Rio Grande do Norte, e municípios localizados no baixo São Francisco, especialmente de Alagoas (mapa 7B). Mais especificamente, o número de ações vinculadas à regularização fundiária variou entre uma (para 225 municípios distribuídos pelos estados do PASF) e três para os municípios de Aracati, Jaguaruana, Limoeiro do Norte e Palhano, todos do Ceará.

Quanto aos investimentos planejados para 2009, estes ficaram entre R$ 75 para Luís Gomes (Rio Grande do Norte) e R$ 4 milhões para Girau do Ponciano (Alagoas). A média do número de ações em regularização fundiária por município variou entre 0,1 (Bahia) e 1,3 (Ceará), enquanto as médias dos investimentos alcançaram valores entre R$ 9,6 mil (Pernambuco) e R$ 240,8 mil (Rio Grande do Norte) por município (gráfico 5C), representando investimentos *per capita* entre R$ 0,3 para Pernambuco e R$ 19 para o Rio Grande do Norte (gráfico 6C).

As intervenções em perímetros irrigados, por sua vez, foram aquelas que possuíam como previsão atingir, em 2009, o menor número de municípios na área de

abrangência do PASF (64 municípios ou 8,1% em relação ao total). Os principais núcleos destas intervenções estariam localizados em municípios dispersos pelo sudoeste da Bahia, norte de Minas Gerais, na região do submédio São Francisco, e em alguns municípios sergipanos e alagoanos próximos à foz (mapa 8A).

Já os maiores investimentos tinham como previsão ser realizados nas regiões supracitadas, bem como em municípios do oeste do Ceará e leste do Rio Grande do Norte e Paraíba (mapa 8B). O número de ações por município para esse tema variou entre um (para 34 municípios distribuídos entre os estados do PASF, exceto Minas Gerais) e sete para Petrolina (Pernambuco), enquanto os investimentos variaram entre R$ 1 mil para Casa Nova (Bahia) e R$ 22 milhões para Petrolina (Pernambuco).

A média do número de ações em perímetros irrigados por município registrou valores entre 0,1 para o Rio Grande do Norte e 0,9 para Sergipe, enquanto as médias dos investimentos por município oscilaram entre R$ 54 mil para os mineiros em um extremo e R$ 2,1 milhões para os cearenses no outro (gráfico 5D), correspondendo a investimentos *per capita* entre R$ 3 para Minas Gerais e R$ 62 para o Ceará (gráfico 6D).

As ações voltadas para o acesso à água tinham como previsão alcançar 276 municípios em 2009 (35% do total), sendo que o número de ações por município variou entre uma (em 244 municípios dos oito estados) e duas apenas (mapa 9A). O montante de investimentos concentrou-se em municípios localizados ao longo da calha do rio principal, em particular no médio e submédio São Francisco (mapa 9B). Os investimentos previstos para 2009 ficaram entre R$ 4 mil para Itaiçaba, Jaguaruana e São João do Jaguaribe (todos no Ceará) e R$ 72 milhões para Alto Santo, também no mesmo estado.

A média do número de ações por município em apoio ao acesso à água variou entre 0,2 (Minas Gerais) e 1,1 (Sergipe), enquanto a média de investimentos oscilou entre R$ 168 mil (Rio Grande do Norte) e R$ 2,8 milhões (Ceará) (gráfico 5E), representando investimentos *per capita* entre R$ 13 para o Rio Grande do Norte e R$ 98 para a Bahia (gráfico 6E).

As ações da Agenda Social, como no caso daquelas voltadas para apoio à produção e empreendedorismo, distribuíram-se por todos os 789 municípios inseridos na área de abrangência do Plano de Ação do Rio São Francisco. Estas tenderam a se apresentar em maior número nos municípios localizados nos trechos médio, submédio e baixo da bacia do rio São Francisco, estendendo-se ainda para a região sob influência direta e indireta do PISF (mapa 10A).

Em relação ao investimento planejado para 2009, os municípios com maior previsão de recursos localizaram-se principalmente no submédio, médio e baixo São Francisco, e ao longo do leste do Ceará e na região central de Pernambuco (mapa 10B). Os municípios com o menor número de ações registradas (10) foram Córrego Fundo, Leandro Ferreira e Queluzito (todos em Minas Gerais), enquanto Delmiro

Gouveia e Santana do Ipanema, ambos em Alagoas, foram aqueles que apresentaram o maior número de ações (22). Já com relação ao investimento previsto, o menor valor caberia a Queluzito (R$ 188 mil) e o maior a Campina Grande (Paraíba) (R$ 59 milhões).

A média do número de ações vinculadas à Agenda Social por município registrou valores entre 13,8 (Minas Gerais) e 18,2 (Alagoas e Sergipe), enquanto as médias dos investimentos tiveram amplitude entre R$ 2,8 milhões (Minas Gerais e Rio Grande do Norte) e R$ 7,4 milhões por município (Ceará) (gráfico 5F). A amplitude de investimentos *per capita* registrou valores entre R$ 146 para Minas Gerais e R$ 292 para Alagoas e Sergipe (gráfico 6F).

Para o conjunto das ações governamentais previstas na área de abrangência do PASF em 2009, o padrão geral observado foi o de menor número de ações ocorrendo nos municípios do alto São Francisco, tendendo a aumentar à medida que se segue ao longo da bacia em direção à foz, e em especial nos municípios limítrofes à calha do rio principal. Para além da bacia, observa-se também uma aglomeração de municípios com maior número de ações no leste do Ceará, oeste do Rio Grande do Norte e Pernambuco (mapa 11A).

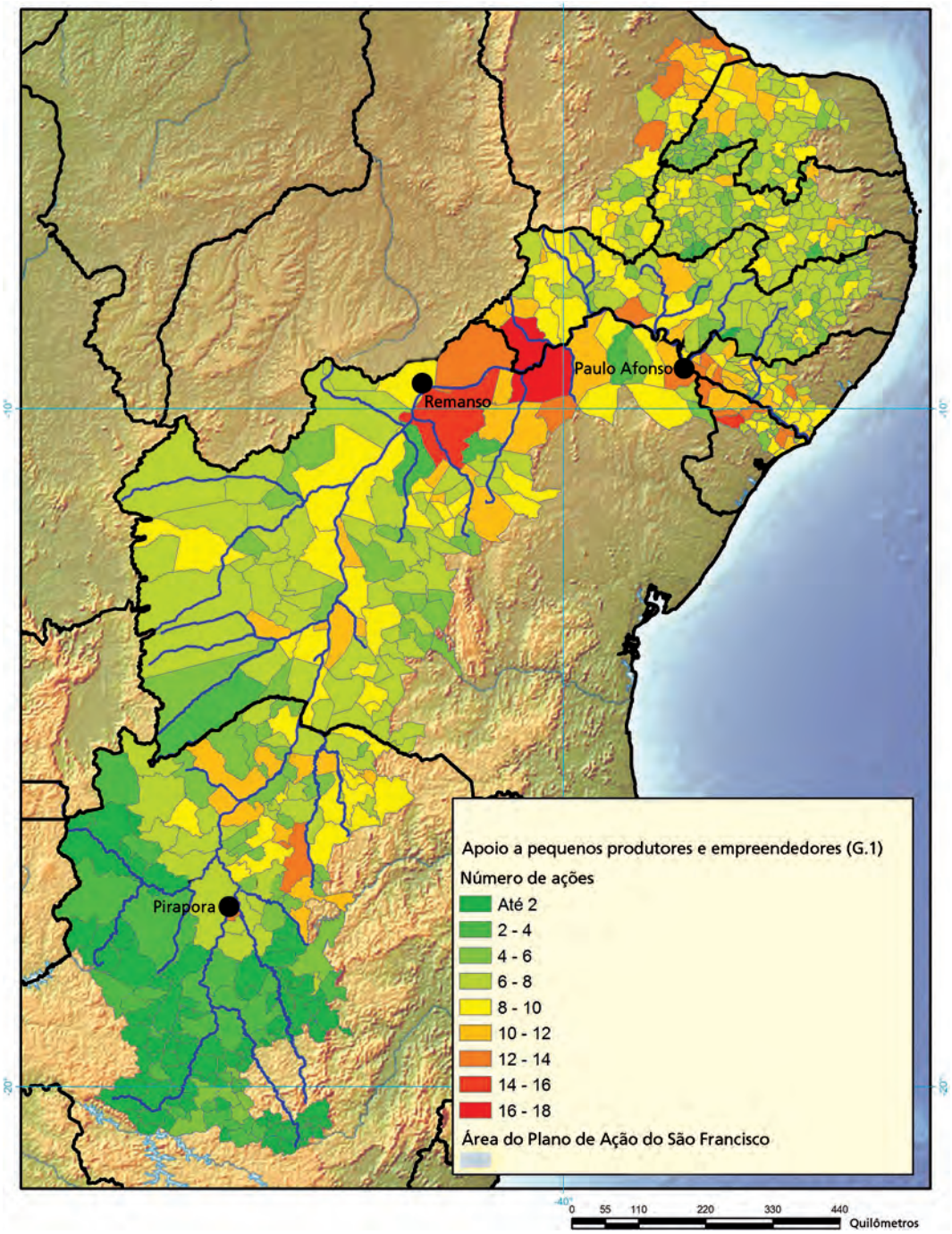
Um padrão semelhante pode ser observado com relação aos investimentos, ressalvando-se que alguns municípios localizados no alto curso do São Francisco e outros mais distantes da calha principal do rio também registraram previsão de investimentos elevados para 2009 (mapa 11B). O número total de ações por município registrado para 2009 variou entre onze para Leandro Pereira (Minas Gerais) e 52 para Juazeiro (Bahia). Quanto aos investimentos previstos, estes ficariam entre R$ 363 mil para Serra da Saudade (Minas Gerais) e R$ 150 milhões para Petrolina (Pernambuco). Os investimentos *per capita* considerando os municípios que fazem parte do PASF tiveram os valores estimados em R$ 313 para Minas Gerais, R$ 345 para o Rio Grande do Norte, R$ 380 para a Paraíba, R$ 392 para Pernambuco, R$ 398 para o Ceará, R$ 500 para Alagoas, R$ 506 para a Bahia e R$ 616 para Sergipe (quase o dobro do valor correspondente a Minas Gerais).

Os investimentos planejados para 2009 nos municípios inseridos na área de abrangência do PASF reiteram a maior relevância dos gastos em ações que fazem parte dos grupos temáticos Agenda Social (G.6) e Apoio à Produção (G.1). Além disso, o número de ações e os investimentos se mostraram – de uma maneira geral – razoavelmente distribuídos entre os municípios dos oito estados, embora com a indicação de padrões distintos entre estes: em um extremo, estariam os estados de Alagoas, Ceará e Sergipe, com um número menor de municípios inseridos no PASF e com ações e investimentos mais equitativamente distribuídos. No outro extremo, Minas Gerais, com o maior número de municípios, sendo estes alcançados por menor número de ações e investimentos. Considerando-se, por outro lado, a distribuição espacial das ações, tanto em número quanto em montante de investimento, observa-se de uma maneira geral uma maior intensidade das intervenções planejadas nos municípios adjacentes à calha do rio principal na região do médio e submédio São Francisco, e na região do PISF.

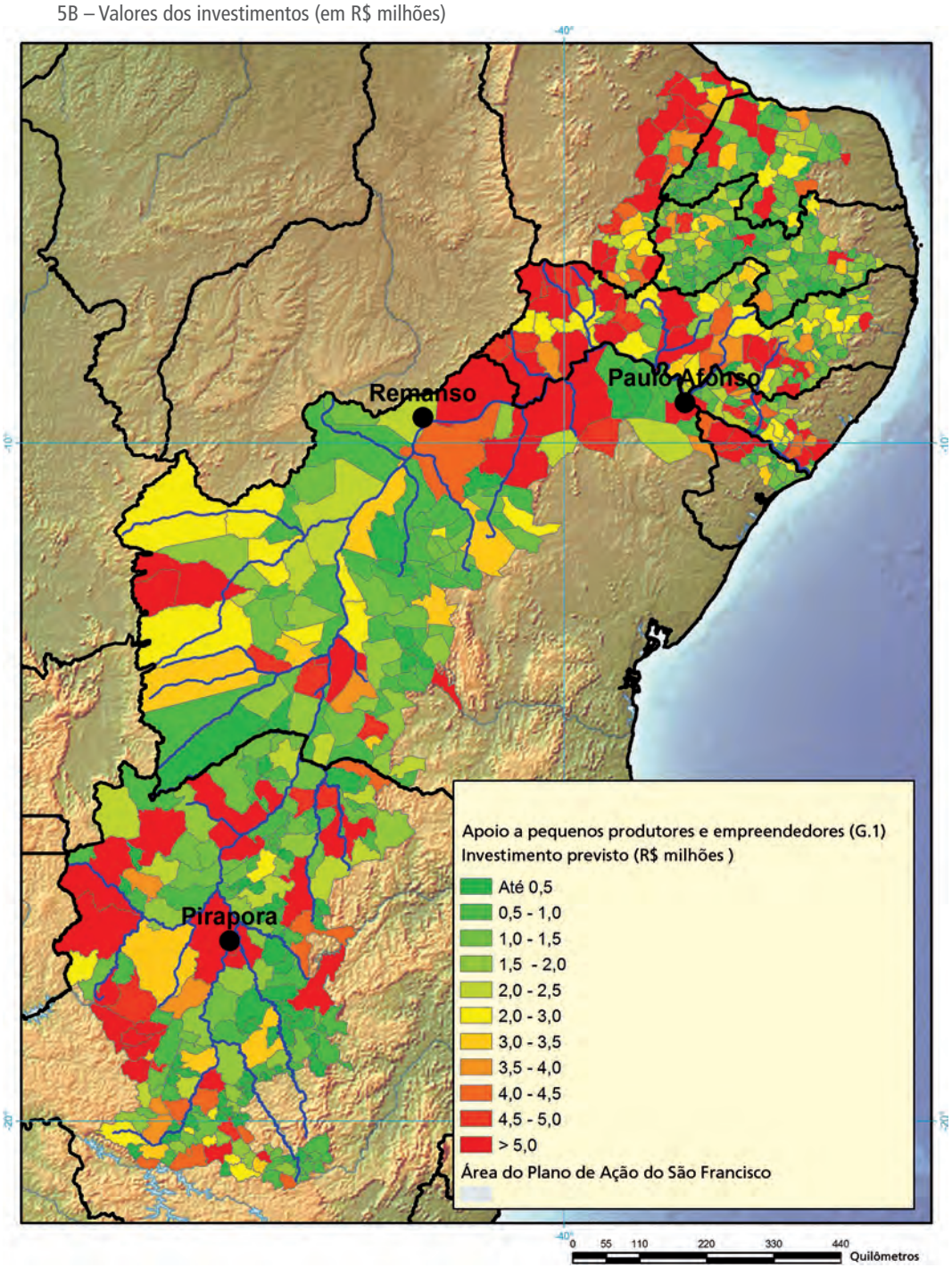
MAPA 5

Número de ações e valores dos investimentos planejados para o ano de 2009 nas ações do grupo temático 1 (Apoio aos pequenos produtores rurais e pequenos empreendedores urbanos) nos municípios do PASF

5A – Número de ações



5B – Valores dos investimentos (em R$ milhões)

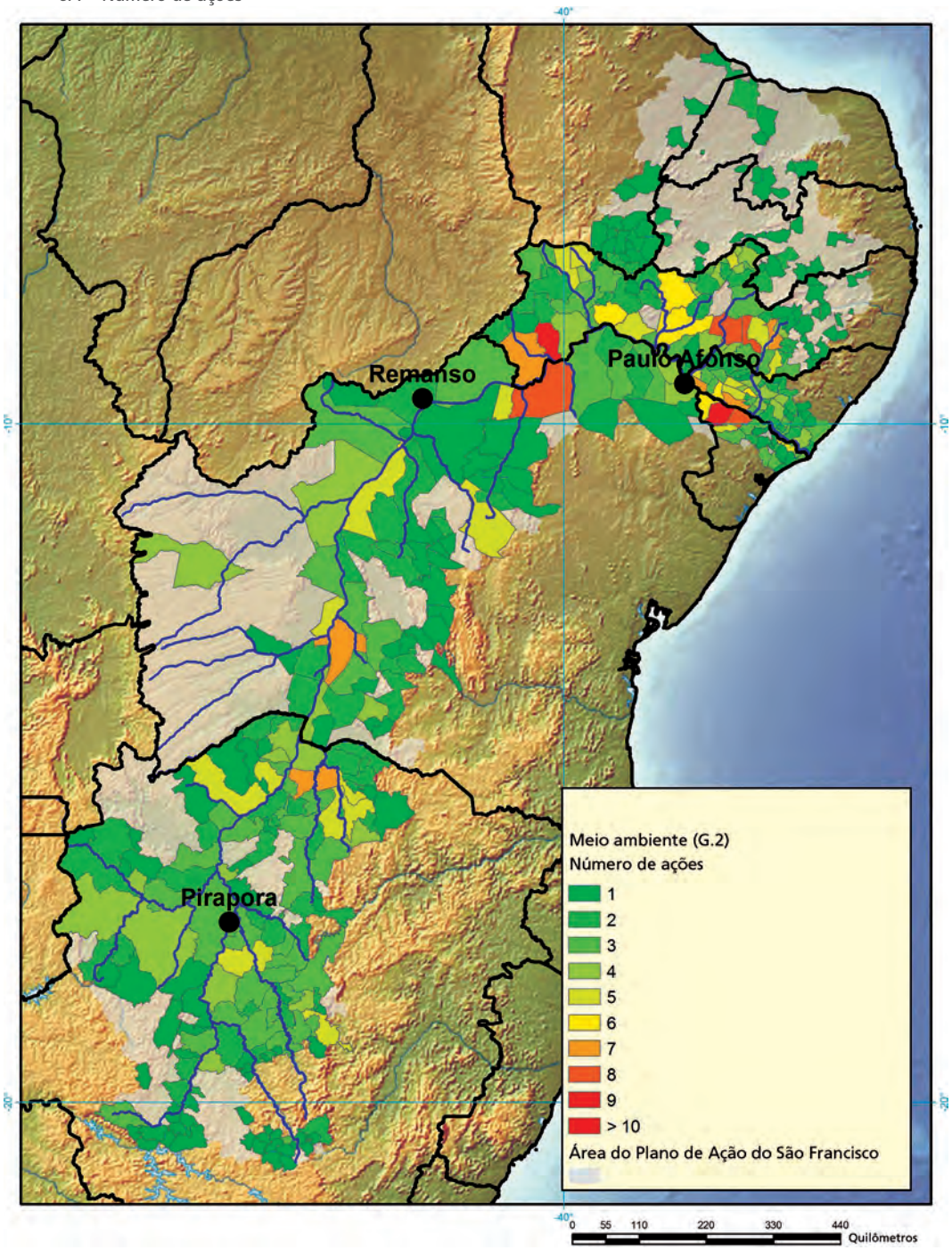


Elaboração do autor.

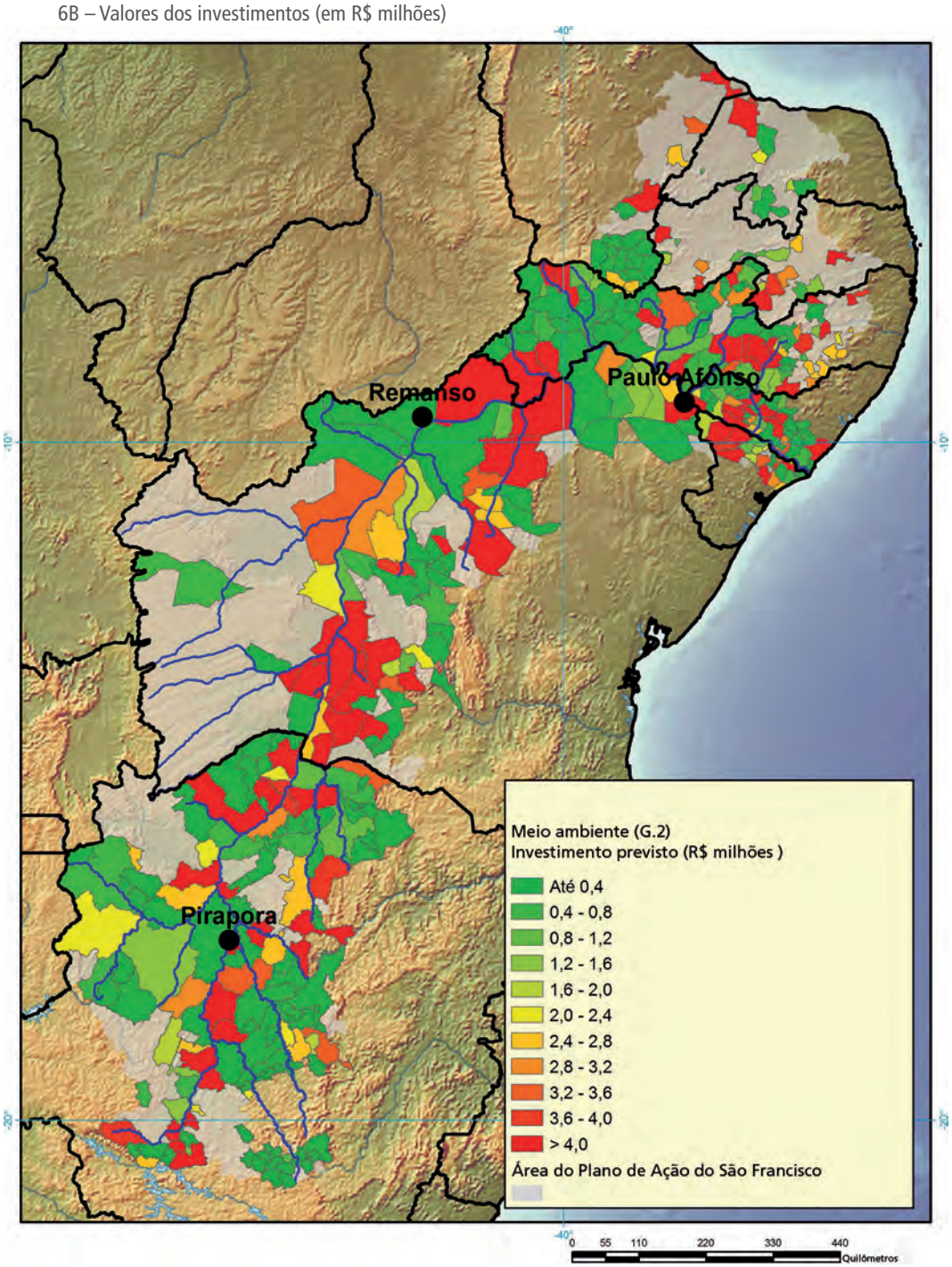
MAPA 6

Número de ações e valores dos investimentos planejados para o ano de 2009 nas ações do grupo temático 2 (Meio ambiente) nos municípios do PASF

6A – Número de ações



6B – Valores dos investimentos (em R$ milhões)

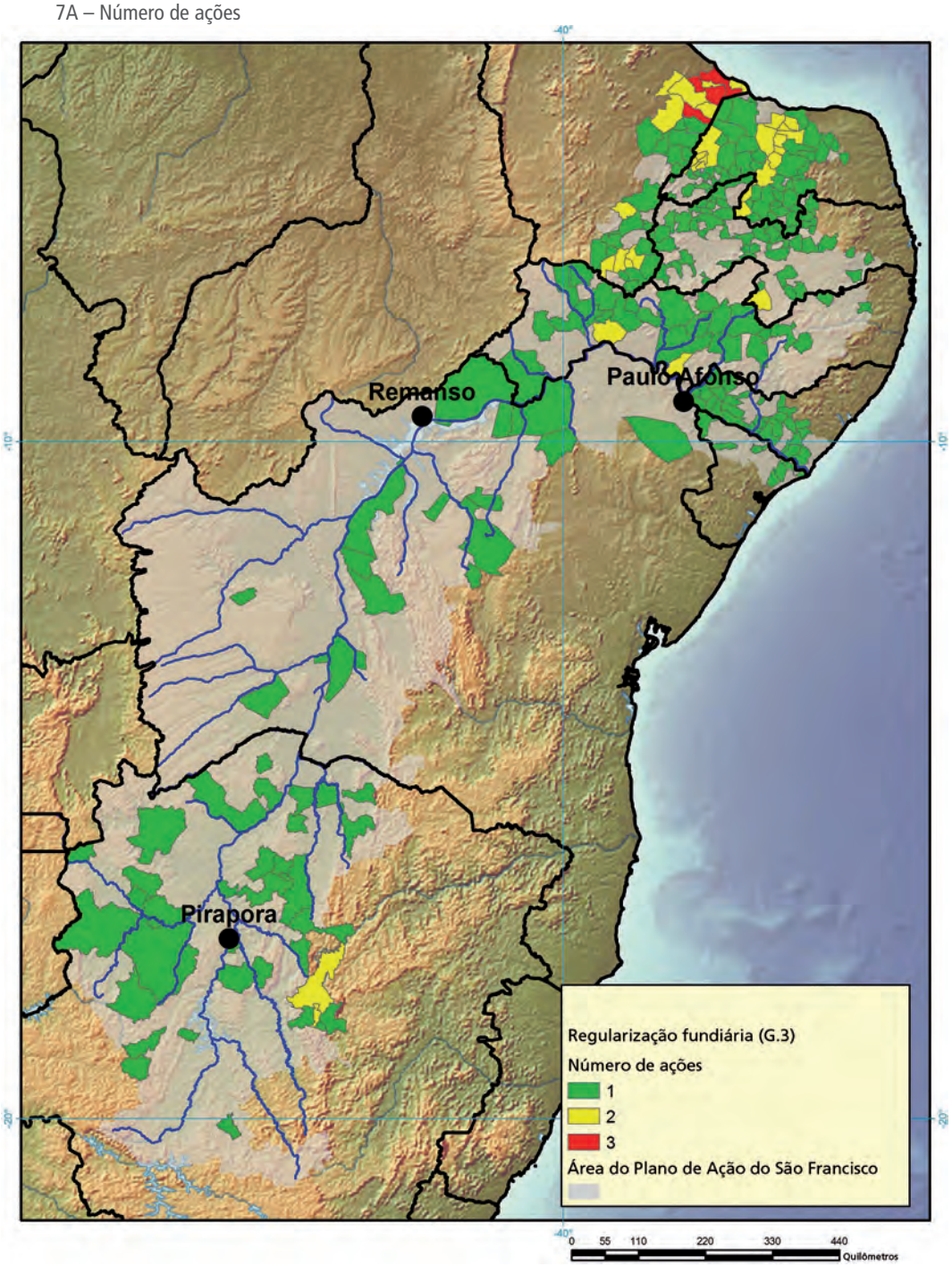


Elaboração do autor.

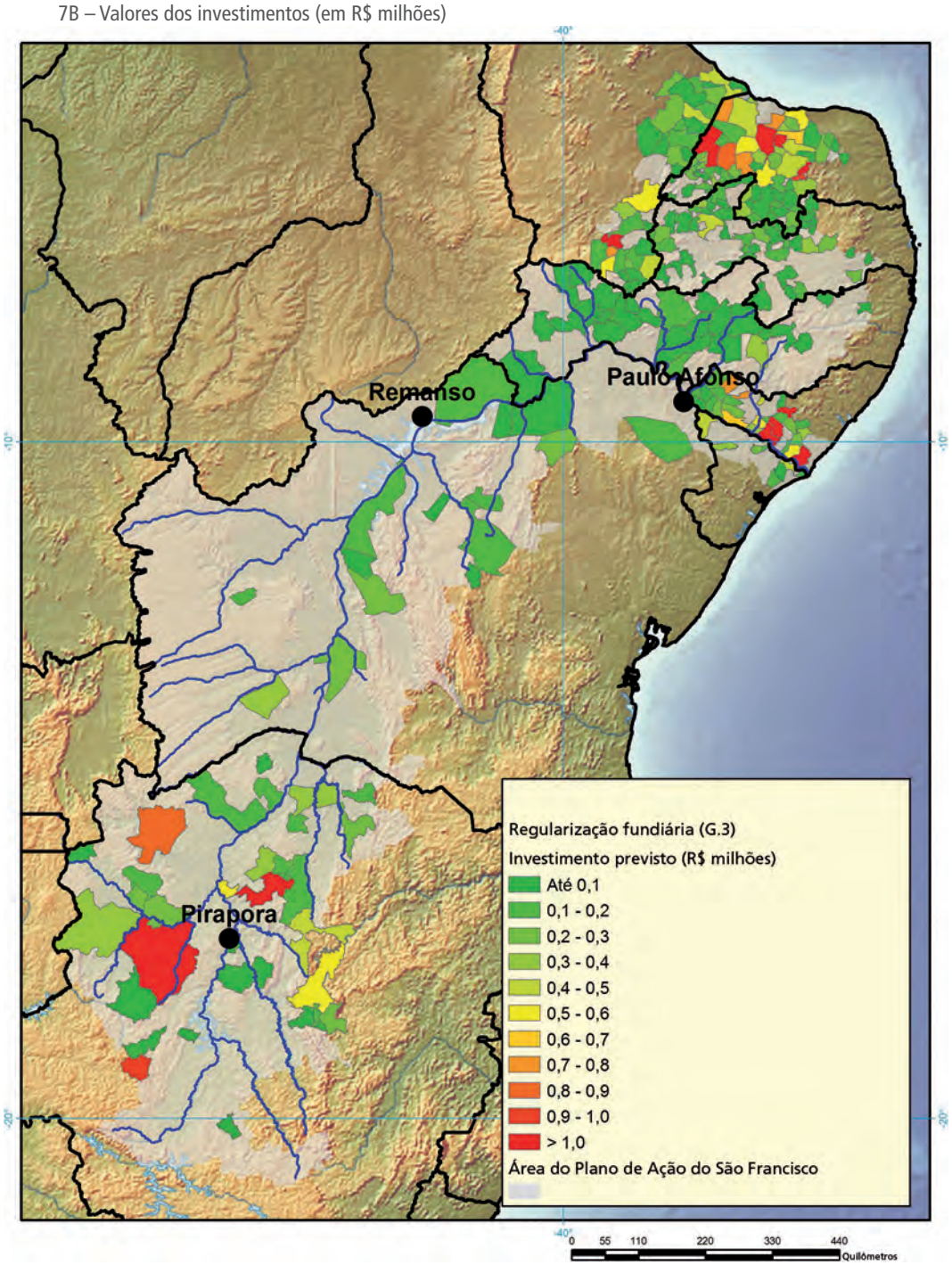
MAPA 7

Número de ações e valores dos investimentos planejados para o ano de 2009 nas ações do grupo temático 3 (Regularização fundiária) nos municípios do PASF

7A – Número de ações



7B – Valores dos investimentos (em R$ milhões)

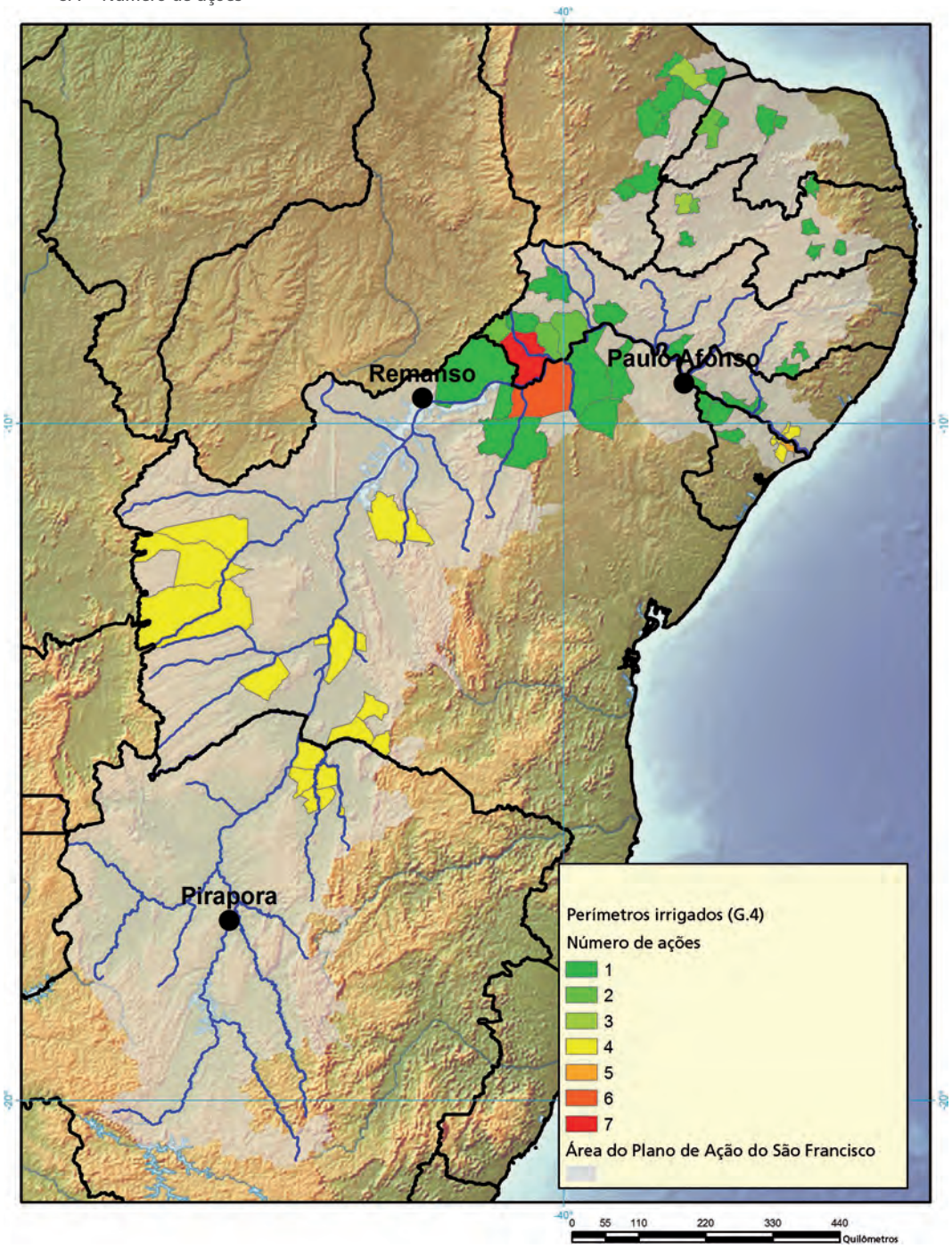


Elaboração do autor.

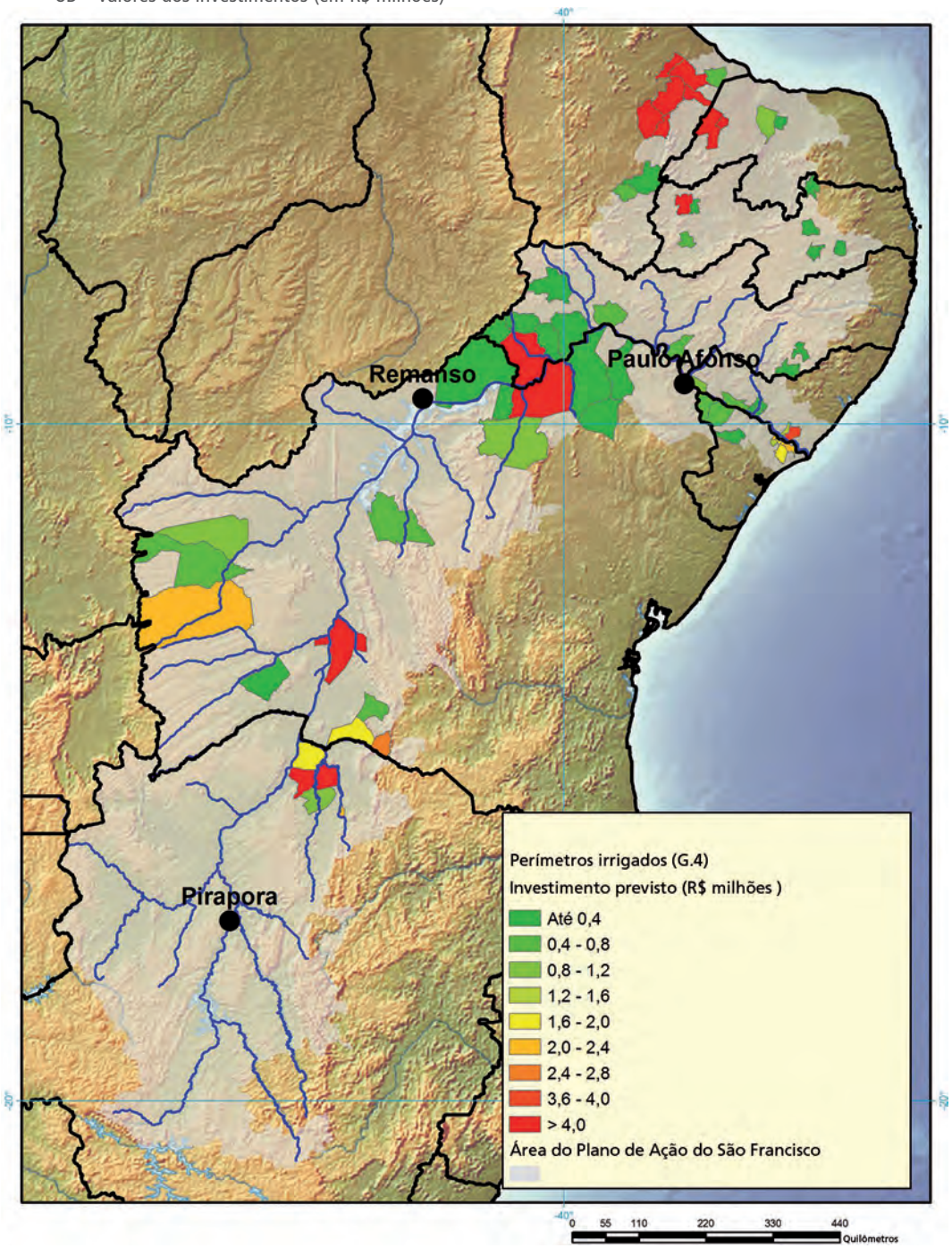
MAPA 8

Número de ações e valores dos investimentos planejados para o ano de 2009 nas ações do grupo temático 4 (Perímetros irrigados) nos municípios do PASF

8A – Número de ações



8B – Valores dos investimentos (em R$ milhões)

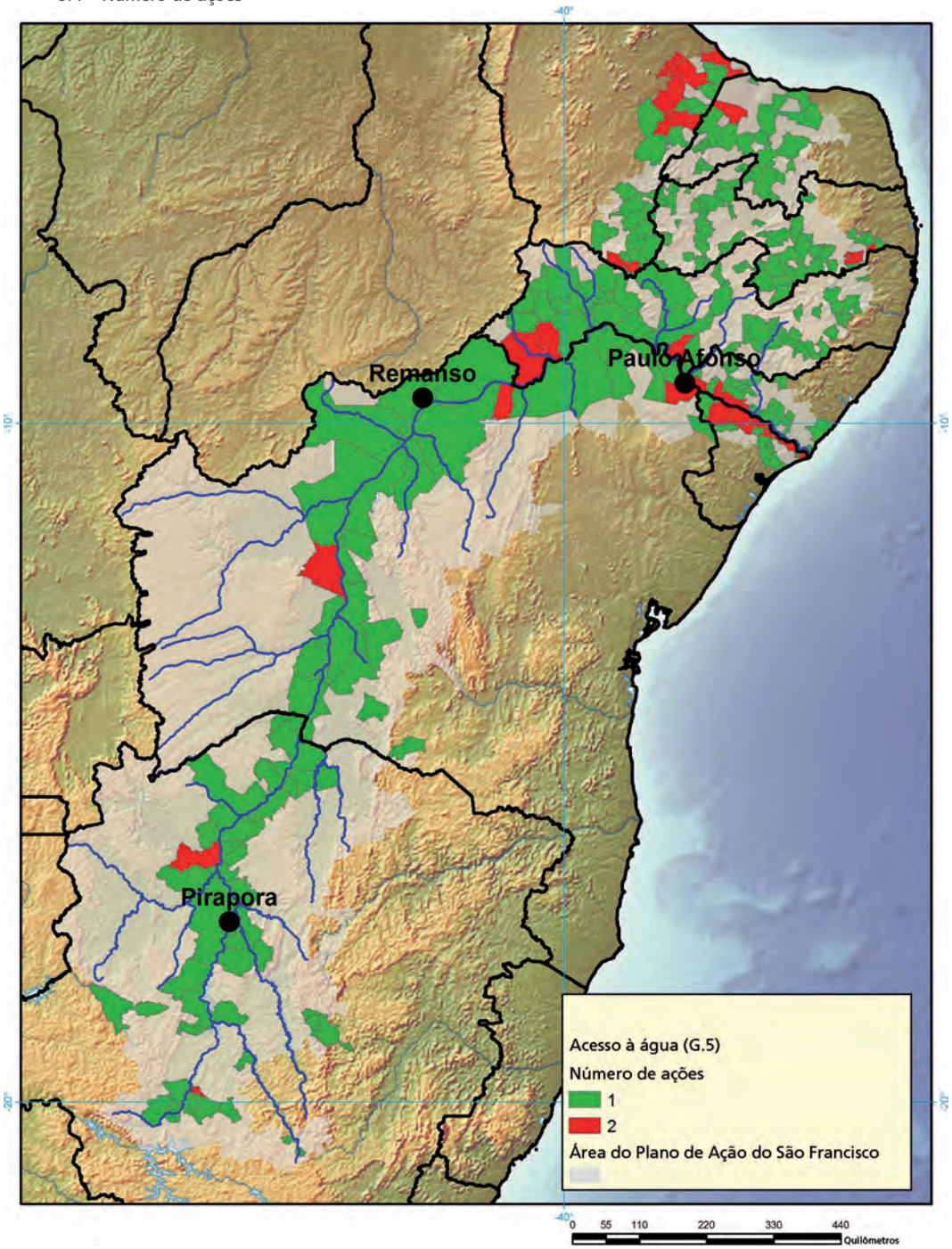


Elaboração do autor.

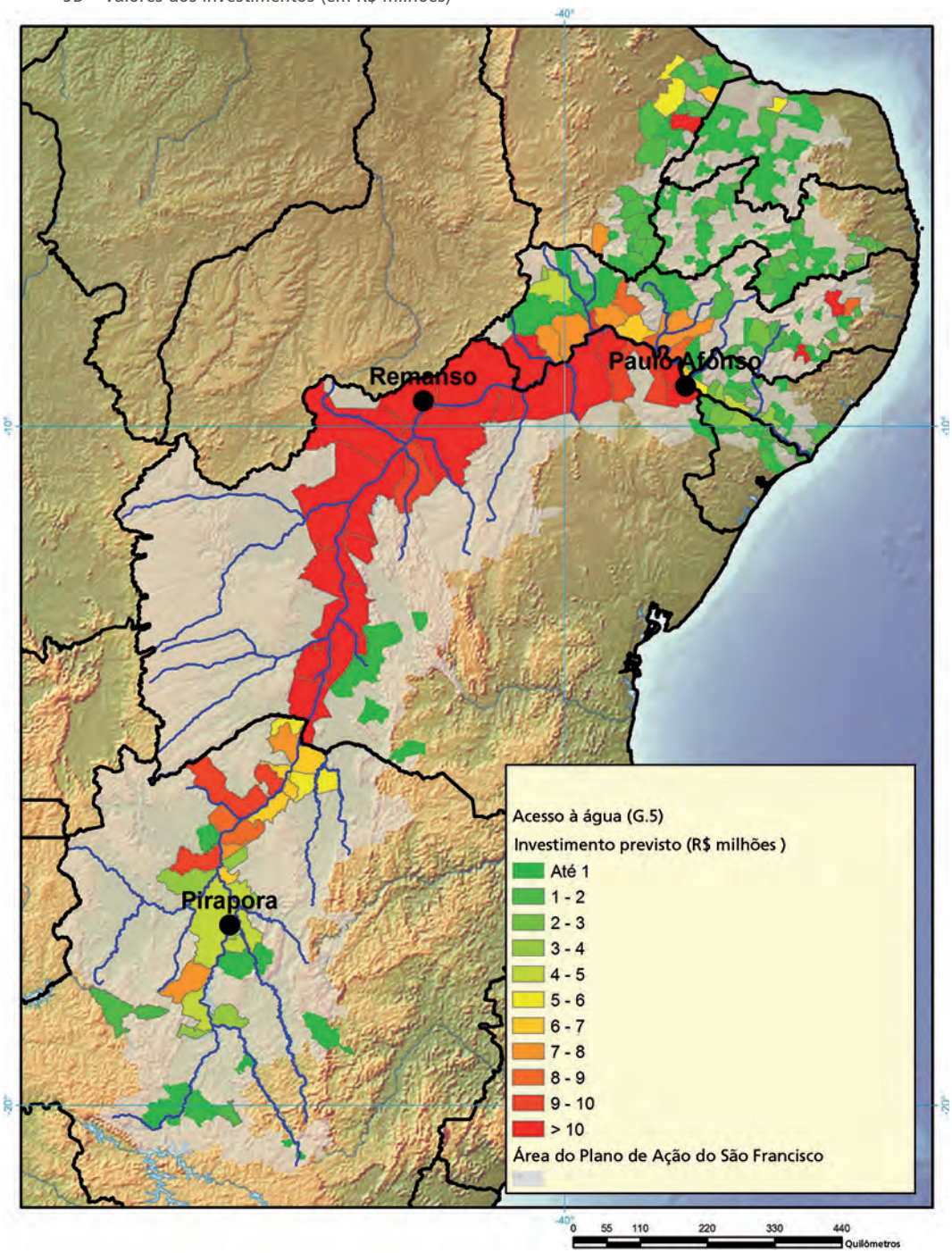
MAPA 9

Número de ações e valores dos investimentos planejados para o ano de 2009 nas ações do grupo temático 5 (Acesso à água) nos municípios do PASF

9A – Número de ações



9B – Valores dos investimentos (em R$ milhões)

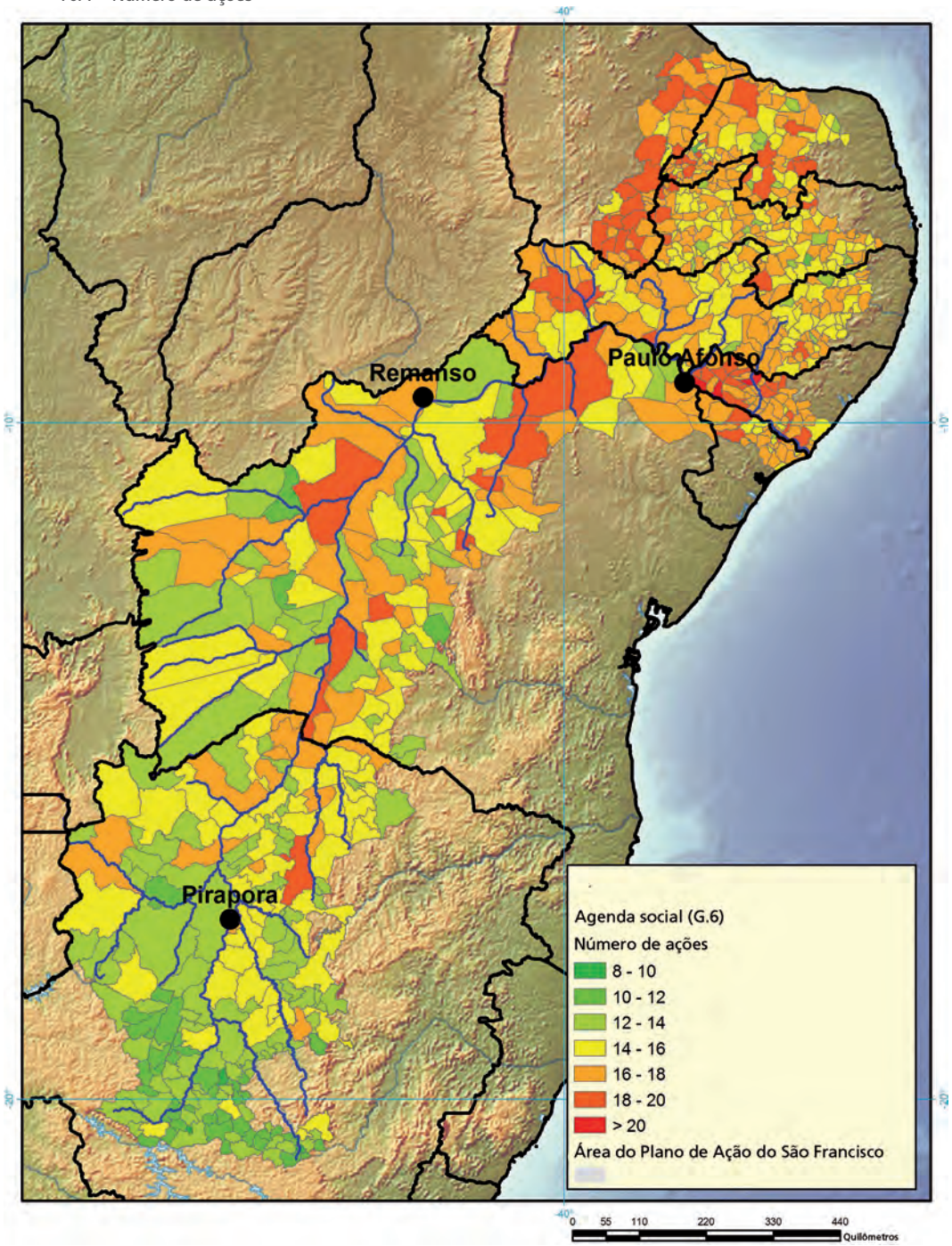


Elaboração do autor.

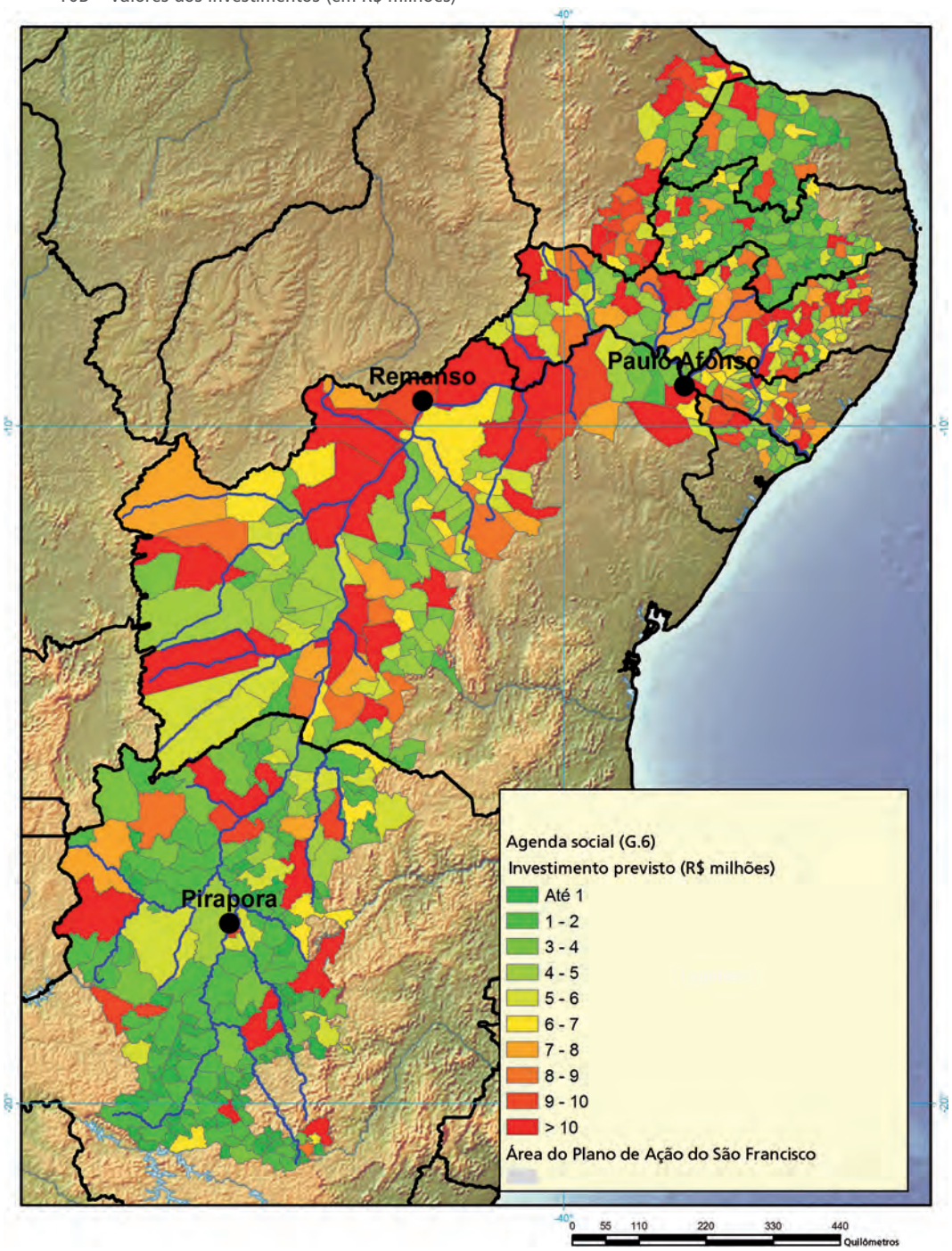
MAPA 10

Número ações e valores dos investimentos planejados para o ano de 2009 nas ações do grupo temático 6 (Agenda social) nos municípios do PASF

10A – Número de ações



10B – Valores dos investimentos (em R$ milhões)

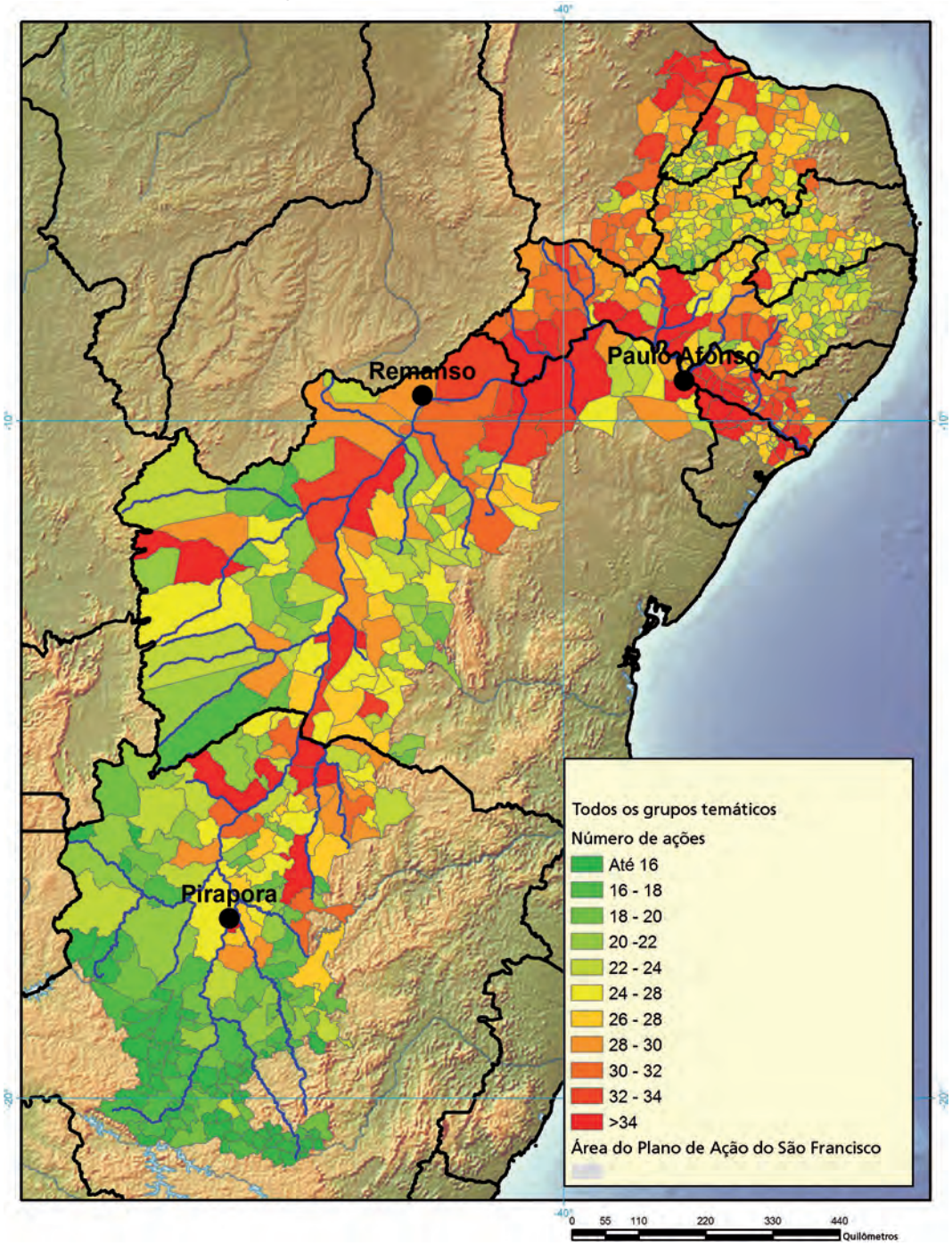


Elaboração do autor.

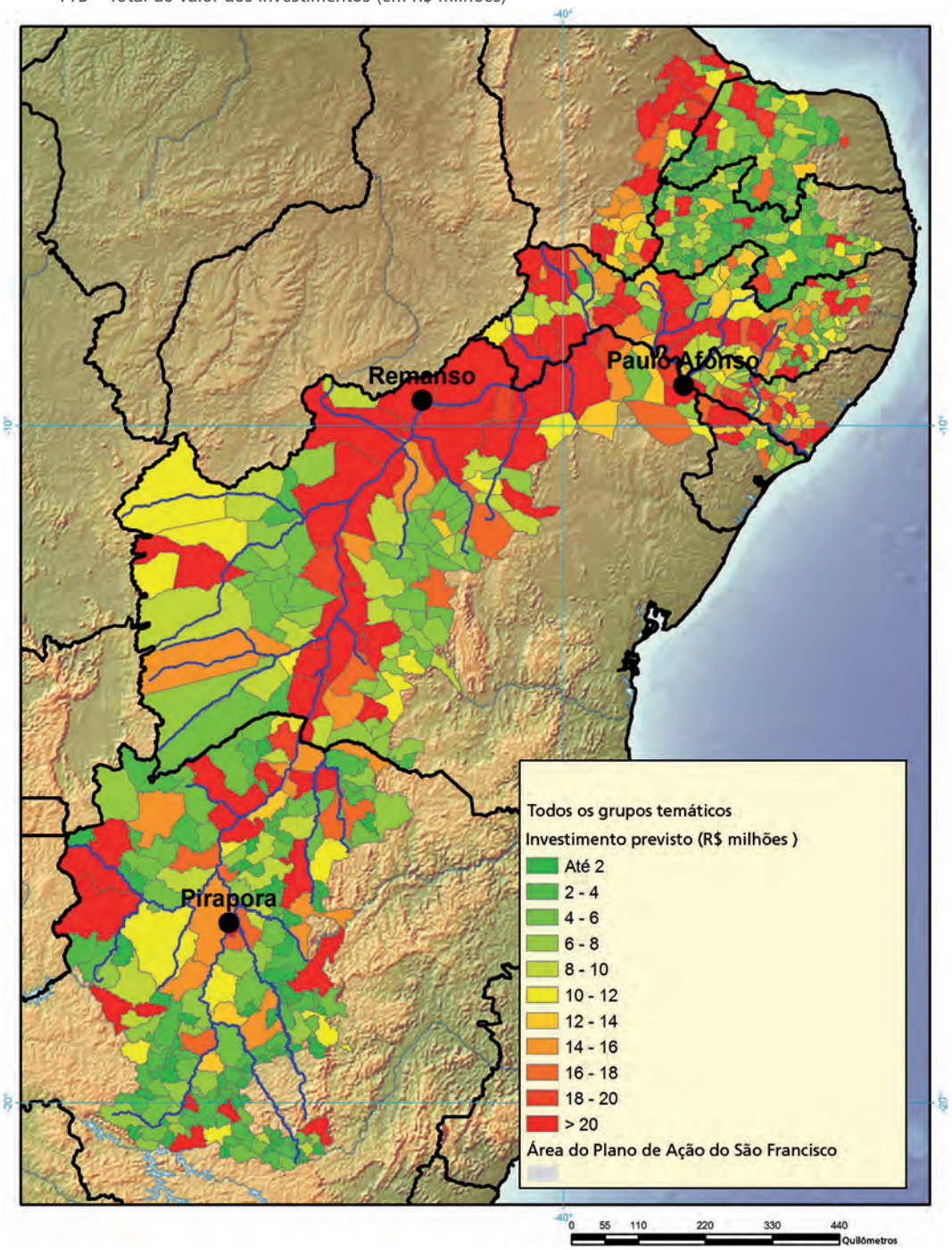
MAPA 11

Total do número de ações e do valor dos investimentos planejados para o ano de 2009 para os municípios do Plano de Ação do Rio São Francisco

11A – Total do número de ações



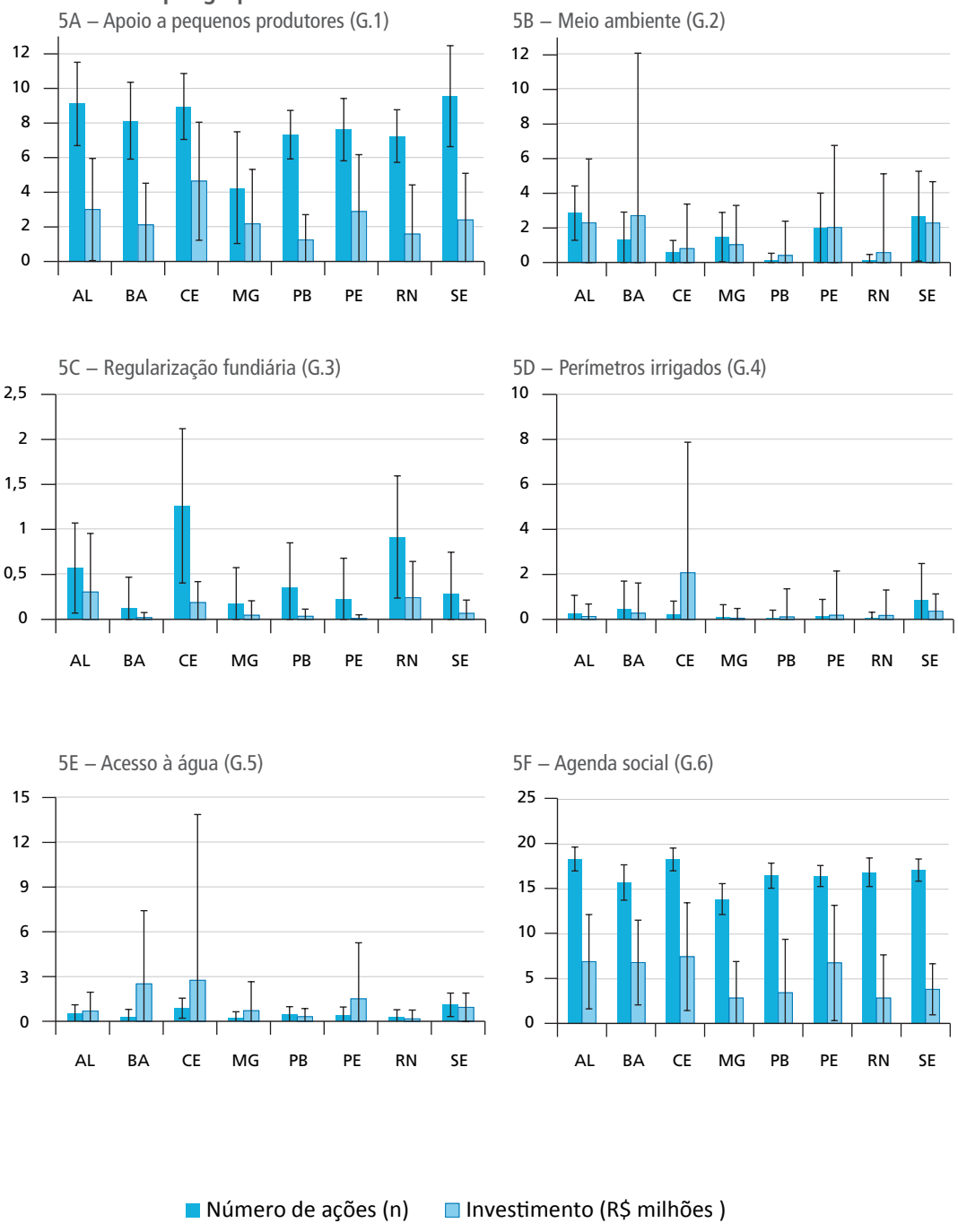
11B – Total do valor dos investimentos (em R$ milhões)



Elaboração do autor.

GRÁFICO 5

Média por município (e desvio-padrão) do número de ações e do valor dos investimentos governamentais (em milhões de R$) planejados para 2009 para os estados de abrangência do PASF e por grupo temático

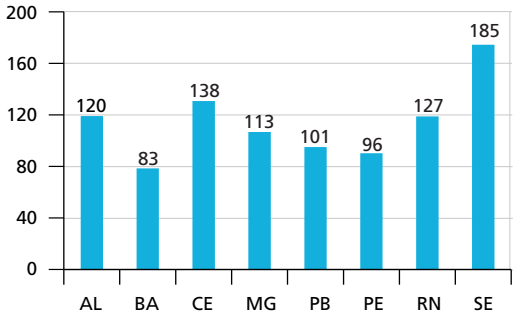


Elaboração do autor.

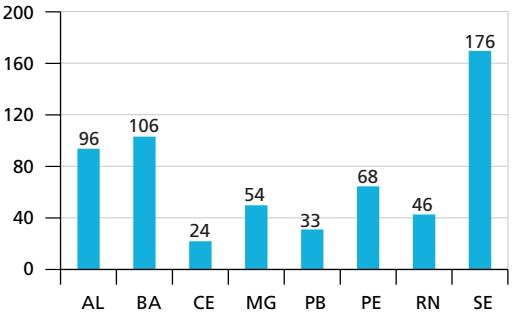
GRÁFICO 6

Investimentos governamentais *per capita* planejados para 2009 (em R$) para os estados de abrangência do PASF e por grupo temático

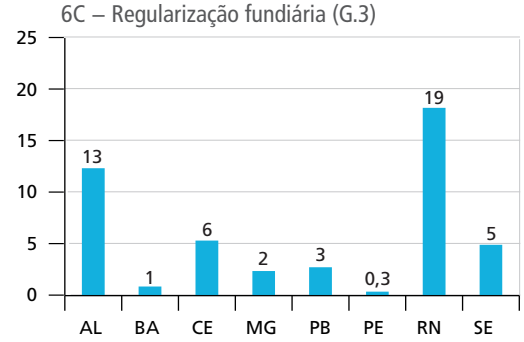
6A – Apoio a pequenos produtores (G.1)



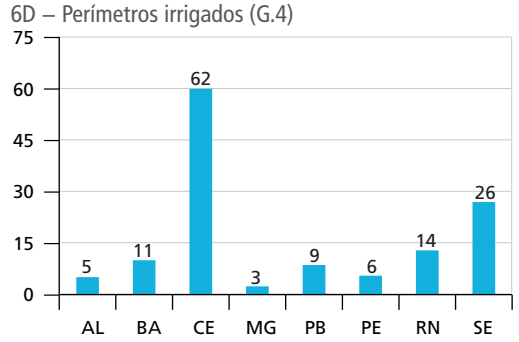
6B – Meio ambiente (G.2)



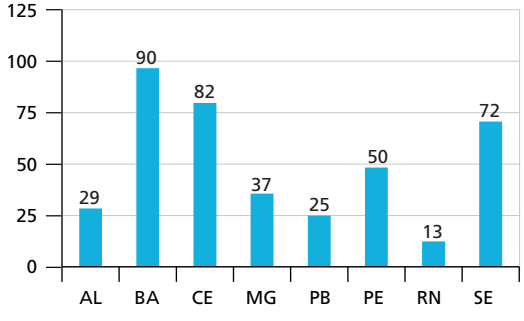
6C – Regularização fundiária (G.3)



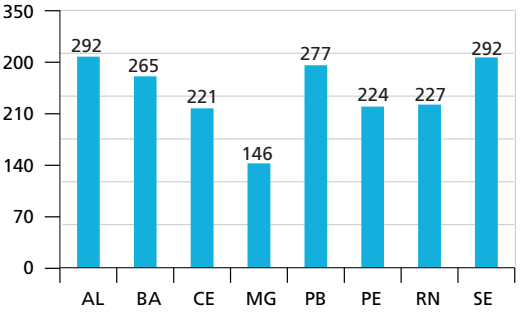
6D – Perímetros irrigados (G.4)



6E – Acesso à água (G.5)



6F – Agenda social (G.6)



Elaboração do autor.

A importância das ações relacionadas ao grupo temático 6 (Agenda Social), e em especial da ação referente a transferência de renda, o Programa Bolsa Família, reflete o perfil social e econômico da região. Como exemplo da situação de carência, 16% do montante dispendido neste programa, e que correspondem também à porcentagem do número de famílias beneficiadas, são gastos na área de abrangência do PASF. Em estados como a Paraíba e Pernambuco, aproximadamente metade das famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família está na área de abrangência do plano. No caso destes estados, quase um terço da população total reside nos municípios abrangidos pelo Plano de Ação (tabela 9).

TABELA 9
Investimentos do Programa Bolsa Família, número de famílias e população beneficiada, em 2010, para o país e para os estados, considerando todos os municípios e apenas aqueles alcançados pelo PASF

	Valor (R$ bilhões)			Número de famílias			População		
	Total País/estado	PASF	(%)	Total País/estado	PASF	(%)	Total País/estado	PASF[1]	(%)
Brasil	12,39	1,99	16	12.777.842	1.987.583	16	190.755.799	9.937.915	5
Alagoas	0,42	0,18	44	414.112	176.489	43	3.120.494	882.445	28
Bahia	1,66	0,43	26	1.662.069	415.268	25	14.016.906	2.076.340	15
Ceará	1,01	0,20	19	1.022.259	196.953	19	8.452.381	984.765	12
Paraíba	0,45	0,23	52	450.525	233.227	52	3.766.528	1.166.135	31
Pernambuco	1,04	0,51	49	1.045.268	501.532	48	8.796.448	2.507.660	29
Rio Grande do Norte	0,33	0,14	43	338.424	146.016	43	3.168.027	730.080	23
Sergipe	0,23	0,05	23	230.418	51.128	22	2.068.017	255.640	12
Minas Gerais	1,02	0,25	24	1.135.715	266.970	24	19.597.330	1.334.850	7

Fontes: IBGE (2010) e Ipeadata.
Elaboração do autor.
Nota: [1] A estimativa do número de pessoas foi obtida considerando cada família beneficiada como sendo composta por cinco indivíduos.

As ações de apoio à produção, em particular o crédito do PRONAF para pequenos produtores é outro destaque importante, pois estas teriam a capacidade de criar bases para a geração de renda e riquezas na região, com foco na agricultura familiar. Neste aspecto, é interessante notar, em conjunto com crédito e outros tipos de apoio financeiro, ações voltadas para assistência técnica e extensão rural (Ater), muitas delas promovidas pela Embrapa (anexo B).

Contudo, apesar de numerosas e diversificadas, talvez tais iniciativas em Ater não tenham escala para causar o impacto necessário na região, capacitando e transferindo novas tecnologias para os pequenos produtores e empreendedores. Um desdobramento importante da presente avaliação seria estudar se as ações em apoio ao pequeno produtor rural estariam causando impactos positivos na economia dos municípios do PASF, por meio da análise de informações sobre a produção agrícola, a partir de bases do IBGE tais como a Produção Agrícola Municipal (PAM), o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), a Produção Pecuária Municipal (PPM), e mesmo a pesquisa sobre a Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS).

Além desse desdobramento, seria informativo conhecer se haveria maior incidência de ações e de concentração de investimentos no território do PASF, quando comparado a outras regiões do país. Do ponto de vista dos investimentos, este parece não ser o caso, pois as ações mais importantes identificadas pela pesquisa, como o Programa Bolsa Família, o PRONAF, e o programa Luz para Todos, incidem sobre todo o território nacional. Finalmente, os padrões apontados pelos resultados do índice de Gini e pelas análises de agrupamento sugerem a existência de diferenças na distribuição das ações e dos investimentos no território do PASF. Tais temas e questões serão trabalhados futuramente.

A presente avaliação sugere, ainda, que a estrutura temática adotada pelo Ministério da Integração Nacional para classificar as ações governamentais na região do PASF poderia ser aperfeiçoada, o que permitiria representar de maneira mais detalhada e informativa as características e cobertura destas intervenções na região. Uma proposta inicial seria a manutenção de apenas três dos seis grupos temáticos considerados nesta avaliação e, concomitantemente, a adoção dos subgrupos temáticos aqui adotados. Os grupos temáticos a serem eliminados seriam aqueles que reúnem: *i*) as ações de acesso à água (incorporado como subtema de mesmo nome ao grupo Agenda Social); e *ii*) os grupos temáticos Regularização Fundiária e Perímetros Irrigados (inseridos como subtemas do grupo temático Apoio à Produção). O grupo temático com ações em meio ambiente possui características próprias que justificam sua manutenção, mesmo considerando que este não apresentou a mesma abrangência espacial ou mesmo a escala de investimentos observados nos grupos temáticos remanescentes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a proposição do PASF até os dias atuais, a área de abrangência do plano passou por alterações em sua configuração territorial que sugerem mudanças em seu foco temático, que de uma "perspectiva" principalmente voltada para a região do Semiárido, inicialmente implícita a partir de sua configuração territorial, deslocou-se para uma "perspectiva" de bacia hidrográfica. O atual arranjo territorial excluiu porções mais ricas, desenvolvidas e (certamente) degradadas da bacia, mas que, por outro lado, apresentam grande potencial para a criação ou acesso a políticas públicas semelhantes àquelas elencadas nas diretrizes do PASF. Este parece ser o caso, considerando, por exemplo, as intervenções anteriormente citadas e previstas na bacia do rio das Velhas (Machado, 2008). O atual território de atuação do Plano indica, portanto, o direcionamento do mesmo para municípios da bacia do rio São Francisco com maior grau de carências além, obviamente, dos municípios dentro da área de abrangência do PISF.

O objetivo deste estudo foi apresentar as ações governamentais e avaliá-las sob a perspectiva das diretrizes que pautaram a proposição do plano de desenvolvimento das áreas da integração e revitalização do São Francisco. Considerando as cinco diretrizes do plano: *i*) preservação e uso sustentável do patrimônio natural; *ii*) estímulo à cooperação nos processos de desenvolvimento endógenos; *iii*) promoção de ações de estruturação econômica e de inclusão social, visando ao desenvolvimento regional sustentável; *iv*) incentivo a parcerias; e *v*) ênfase nos programas e ações de convivência com a seca, os resultados levantados indicam aderência das ações às diretrizes, em maior ou menor grau, dependendo da linha temática.

Os resultados deste trabalho evidenciaram a preponderância dos investimentos em ações da Agenda Social na área do PASF, em particular a transferência de renda por meio do Programa Bolsa Família, responsável pela terça parte dos investimentos realizados até 2008 e planejados para 2009 e 2010 (R$ 10,6 bilhões).

Outros componentes de especial importância para uma estratégia voltada para o desenvolvimento regional também estão presentes no grupo temático que reúne outras ações da Agenda Social, como acesso a energia, educação e saúde. Do lado da produção também se identificam outros componentes fundamentais de um plano de desenvolvimento regional, como crédito (responsável pela quarta parte dos investimentos realizados até 2008 e planejados para 2009 e 2010, R$

7,9 bilhões) e demais ações de apoio à produção, além de outros temas relacionados como regularização fundiária, perímetros irrigados e acesso à água. Mas como estes componentes se articulam e operam?

A articulação e operacionalização desses componentes seriam objetos do instrumento de planejamento que teria o potencial de materializar o desenvolvimento, o plano de desenvolvimento das áreas de integração e revitalização propriamente dito. O plano de desenvolvimento, entretanto, ainda aguarda formulação. Assim, tem-se a situação em que o governo desenvolve ou planeja desenvolver um leque de ações em um determinado território, aproveitando a oportunidade criada por um grande projeto de infraestrutura hídrica, mas não as articula e potencializa, e desta maneira perde a oportunidade de obter resultados mais consistentes e duradouros a partir das intervenções realizadas. Outro problema que sinaliza óbices para o PASF é a própria dificuldade na implementação do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

Auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) a partir do início da implementação do PISF, em 2007, identificaram problemas na gestão das obras e, consequentemente, na gestão dos contratos a elas vinculados. De acordo com o TCU, os problemas se acumularam ao longo dos anos, pois o projeto básico utilizado na licitação dos contratos era demasiado deficiente. Dessa forma, foram necessárias, posteriormente à contratação das empresas construtoras, inúmeras alterações nos contratos, quando da fase de elaboração do projeto executivo. A adição de quantitativos adicionais aos serviços já contratados e a identificação de novos serviços para cobrir as necessidades das obras onerou os contratos existentes, gerando aditivos com efeitos financeiros. Com a identificação destes problemas e o acúmulo de atrasos, o MI acabou por modificar os cronogramas e estabeleceu uma nova estrutura para o acompanhamento das obras, a partir de um programa de metas físicas e temporalmente definidas, caracterizado pela divisão da execução dos serviços remanescentes, pois as empresas previamente contratadas para construir os diversos lotes nos quais o empreendimento foi dividido, em sua grande maioria, ou desistiram do serviço ou tiveram o escopo dos contratos reduzido (TCU, 2013).

O aperfeiçoamento dos projetos executivos e o melhor detalhamento das intervenções, que resultaram no novo cronograma e no programa de metas físicas para o acompanhamento das obras, implicaram também a revisão do valor dos investimentos para R$ 8,2 bilhões frente aos R$ 4,8 bilhões originalmente previstos. O prazo para entrega do projeto foi também revisado, estando previsto agora para 2015 (Consórcio

Arcadis Logos-Concremat, 2013). É importante lembrar que, quando de seu início, o projeto de integração do rio São Francisco a bacias do Nordeste setentrional tinha previsão de conclusão para 2010. Caso isto tivesse acontecido como planejado, o projeto já estaria contribuindo na mitigação dos efeitos da seca que a região atravessa desde 2011, considerada como a mais severa dos últimos anos, e que em junho de 2012 atingia mais de 1 mil municípios do Nordeste e do estado de Minas Gerais.[10]

Com relação às intervenções em meio ambiente, a presente avaliação registrou a preponderância de ações da Agenda Marrom (saneamento, recuperação ambiental, resíduos sólidos e combate a desertificação) sobre ações relacionadas às agendas Verde (conservação da biodiversidade) e Azul (gestão dos recursos hídricos). Certamente é importante melhorar a qualidade da água, recuperar áreas sujeitas à erosão e incentivar a gestão adequada dos resíduos sólidos nos municípios do PASF. Mas também é extremamente importante, considerando o elevado nível de degradação ambiental da bacia do rio São Francisco (Siqueira Filho, 2012) e a dependência do próprio projeto de integração da existência de um rio funcional, que mais recursos sejam alocados para ações voltadas para a conservação ambiental. Essenciais seriam ainda ações destinadas à criação de unidades de conservação, voltadas tanto para a proteção da biodiversidade da Caatinga, único bioma exclusivamente brasileiro e que se encontra bastante ameaçado, sob baixíssimo grau de proteção (Roma *et al.*, 2010), e à conservação e gestão dos recursos hídricos. Afinal, é a disponibilidade de água que torna viável a execução do projeto de integração do rio São Francisco com bacias hidrográficas do Nordeste setentrional.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, A. A transposição das águas do São Francisco: análise crítica. **Revista USP**, n. 70, p. 6-13, jun.-ago. 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13527/15345>.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Bases para a transformação**: ações do governo federal na bacia do rio São Francisco e na área de influência do projeto de integração de bacias. Brasília: MI, [2010]. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/BlogDoPlanalto/cartilha-do-projeto-rio-so-francisco>.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Relatório anual de avaliação do Plano Plurianual 2004-2007**: Exercício 2006, Ano base 2005, v. I. Brasília: MP, 2006. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/plano_plurianual/avaliacao_PPA/relatorio_2006/06_PPA_Aval_vol01.pdf>.

10. Ver <http://www.integracao.gov.br/pt/c/journal/view_article_content?groupId=10157&articleId=155763&version=2.7>; <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,prejuizos-da-seca-no-ne-devem-superar-r-12-bi-,876534,0.htm>.

CASTRO, C. N. **Transposição do rio São Francisco**: análise de oportunidade do projeto. Rio de Janeiro: Ipea, 2011. (Texto para Discussão, n. 1.577). Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1418/1/TD_1577.pdf>.

CONSÓRCIO ARCADIS LOGOS-CONCREMAT. **Projeto de integração da Bacia do Rio São Francisco com bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional –** Relatório de progresso maio de 2013. Brasília: MI, 2013. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/materia/getTexto.asp?t=131383&c=PDF&tp=1>.

CONSÓRCIO ECOLOGY BRASIL *et al.* **Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional**: consolidação dos estudos ambientais. [s. l.: s.n.], 2004. Disponível em: <http://licenciamento.ibama.gov.br/Recursos%20Hidricos/Integracao%20Sao%20Francisco/EIA/Textos/EIA%20Consolidado%20Item%2011%20An%E1lise%20de%20Impactos.pdf>.

MACHADO, A. T. M. A construção de um programa de revitalização na bacia do rio São Francisco. **Estudos avançados**, v. 22, n. 63, p. 195-210, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n63/v22n63a13.pdf>.

PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2004**. Liberdade cultural num mundo diversificado. Queluz, Portugal: Serviço de Recursos Editoriais, 2004. Disponível em: <http://origin-hdr.undp.org/en/media/hdr04_po_complete.pdf>.

QUINTIERI, M.M.R. (Org.). **Transposição do São Francisco**. Curitiba: Juruá, 2010.

ROMA, J. C. *et al*. O estado da biodiversidade – parte 2: biomas brasileiros. *In*: MOTA, J. A.; ALVAREZ, A. R (Coords.). **Sustentabilidade ambiental no Brasil**: biodiversidade, economia e bem-estar humano. Brasília: Ipea, 2010. p.75-127. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro07_sustentabilidadeambienta.pdf>.

SANTANA FILHO, J. R. Projeto São Francisco: garantia hídrica como elemento dinamizador do Semiárido nordestino. **Inclusão social Brasília**, v. 2, n. 2, p. 14-18, 2007. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/viewFile/94/101>.

SIQUEIRA FILHO, J. A. A extinção inexorável do rio São Francisco. *In*: SIQUEIRA FILHO, J. A (Coord.). **Flora das caatingas do rio São Francisco**: história natural e conservação. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2012. p. 24-65.

TCU – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Relatório de Auditoria, processo TC 008.894/2013-2**. Brasília: TCU, 2013. Disponível em <http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/imprensa/noticias/noticias_arquivos/008.894-2013-2%20integra%C3%A7%C3%A3o%20Rio%20S%C3%A3o%20Francisco.pdf>.

ANEXOS

ANEXO A

Modelo do formulário disponibilizado pelo MI para o levantamento de informações junto aos órgãos governamentais consultados

Plano de Ação do São Francisco

Linha de ação (nome fantasia)	Ministério	Grupo Temático
Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica		G6

Descrição

Construção, ampliação, reforma e equipamento das novas Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica para ampliar a oferta de vagas da educação profissional e tecnológica mediante implantação de Unidades de Ensino Descentralizadas - UNED.

Beneficiários

Estudantes

Forma de acesso ao benefício

Chamada Pública MEC/SETEC nº 001/2007 - chamada pública de propostas para apoio ao Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica - Fase II. As cidades-pólo para implantação das novas unidades de educação profissional e tecnológica foram definidas a partir de rigoroso estudo, levando em consideração, dentre outros fatores, análises territoriais e dos arranjos produtivos. Serão criadas 150 escolas federais em quatro anos. A ação faz parte da segunda fase do plano de expansão da rede federal

Página 1

Meta Total

Física	18,050	Unidade	Vagas
Financeira (R$)	127,734,874.00		

Metas para a Área Foco

Município			2009		2010	
Cód. IBGE	Nome	UF	Física	Financeira (R$)	Física	Financeira (R$)
	Açu-Mossoró	RN	750	900,000.00		
	Alto Oeste	RN	300	1,500,000.00		
	Alto Sertão	SE	200	3,000,000.00		

Resultados alcançados até 2008

Município			Física	Financeira
Cód. IBGE	Nome	UF		

Página 2

Vinculação Orçamentária (PPA 2008-2011)

Nome da Ação	Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica
Código da Ação	1H10
Valor PPA 2008-2011	924,528,434.00
Valor LOA 2009	257,980,810.00

Outras informações

Fonte: Ministério da Integração Nacional (2009).

ANEXO B

TABELA B.1
Relação das ações informadas ao Ministério da Integração Nacional como ocorrendo na área de abrangência do Plano de Ação do São Francisco pelas entidades consultadas

Nome da ação	Entidade[1]	GT[2]	SGT[3]	Até 2008[4]	2009[4]	2010[4]	Observação[5]
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)	BB	G.1	CRED	S	S	S	
Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS)	BB	G.1	AP	S	S	S	Estimado
Reaplicação de Tecnologias Sociais (RTS)	BB	G.1	APR	S	N	N	Extrapola (2009 e 2010)
Programa Nordeste Territorial	BNB	G.1	CRED	N	S	N	Estimado
Financiamento aos mini e pequenos produtores rurais	BNB	G.1	CRED	S	S	S	Estimado
Crediamigo - Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Banco do Nordeste	BNB	G.1	CRED	S	S	S	Estimado
Crediamigo - Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Banco do Nordeste	BNB	G.1	CRED	S	S	S	Estimado
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)	BNB	G.1	CRED	S	S	S	Estimado
Variedades de mandioca de mesa para agricultura familiar de áreas irrigadas e dependentes de chuvas	Embrapa	G.1	P&D	N	S	S	
Transferência de tecnologia para agroindústria do pedúnculo do caju e outras fruteiras tropicais com suporte de Unidade Móvel de Processamento de Frutas	Embrapa	G.1	Ater	N	S	S	
Transferência de tecnologias para produção de uvas apirênicas nos agropolos irrigados do estado do Ceará.	Embrapa	G.1	Ater	S	S	N	
Fortalecimento da produção familiar de leite de cabra e da agroindústria para a consolidação da bacia leiteira de Jussara no estado da Bahia	Embrapa	G.1	Ater	S	N	N	
Sistema agrossilvipastoril para o SAB	Embrapa	G.1	Ater	P	S	S	Estimado
Produção de minimilho no projeto Jaíba	Embrapa	G.1	Ater	S	N	N	
Incentivo e transferência de tecnologia para a produção de sorgo no Semiárido	Embrapa	G.1	Ater	P	S	N	
Programa de distribuição de sementes para agricultores familiares	Embrapa	G.1	APR	N	S	N	Território
Aproveitamento do resíduo sólido do desfibramento do sisal na alimentação de ruminantes no Nordeste brasileiro	Embrapa	G.1	Ater	S	S	N	Território
Implantação de unidades de teste e demonstração (UTDs) com a mucilagem do sisal para alimentação animal	Embrapa	G.1	Ater	S	S	N	Território
Desenvolvimento da agricultura familiar com base agroecológica em territórios do Semiárido brasileiro	Embrapa	G.1	Ater	S	S	N	
Desenvolvimento de tecnologias para produção de cebola orgânica no Semiárido do Brasil	Embrapa	G.1	Ater	P	S	N	
Transição agroecológica em sistemas de produção familiar: avaliação e validação de inovações tecnológicas em um território do Semiárido nordestino	Embrapa	G.1	Ater	S	S	N	

(Continua)

(Continuação)

Nome da ação	Entidade[1]	GT[2]	SGT[3]	Até 2008[4]	2009[4]	2010[4]	Observação[5]
Caracterização e conservação de etnovariedades de mandioca no Alto Sertão Alagoano	Embrapa	G.1	P&D	S	S	S	
Dias especiais da cultura da mandioca	Embrapa	G.1	Ater	P	S	S	Estimado
Rede de transferência de tecnologias para a cultura da mandioca	Embrapa	G.1	Ater	S	S	N	
Produção integrada de melão para o Vale do São Francisco	Embrapa	G.1	Ater	S	S	N	
Ações de desenvolvimento para produtores agro-pecuários, pescadores e estudantes do território do entorno da Barragem de Sobradinho - BA	Embrapa	G.1	APR	N	S	S	
Algodão em consórcios agroecológicos	Embrapa	G.1	Ater	S	S	S	Território
Consórcios Agroecológicos: Integrando oleaginosas ao sistema pecuário do Semiárido	Embrapa	G.1	Ater	N	S	S	
Avaliação cultivares de cenoura para cultivo de orgânico em campo no Semiárido brasileiro	Embrapa	G.1	Ater	N	S	N	Estimado
Caracterização do meio físico para recuperação das margens do rio São Francisco no bioma catinga na região de Petrolina - Juazeiro	Embrapa	G.2	P&D	P	N	S	Estimado
Desertificação no Semiárido pernambucano	Embrapa	G.2	P&D	N	S	S	
Zoneamento agroecológico do estado do Ceará (ZACE)	Embrapa	G.2	P&D	N	S	N	Estimado
Zoneamento pedoclimático da mesorregião da Chapada do Araripe	Embrapa	G.2	P&D	N	N	S	Estimado
Projeto Mata Ciliar (Convênio CODEVASF)	Embrapa	G.2	REC	N	S	N	Estimado
Contribuição à Revitalização do rio São Francisco com base na reconstituição de suas matas ciliares e recuperação das áreas degradadas nos municípios de Petrolina, Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista	Embrapa	G.2	REC	N	S	N	Território
Capacitação de agricultores familiares assentados da reforma agrária em agricultura irrigada	Embrapa	G.4	Ater	S	S	S	
Transferência de tecnologias para desenvolvimento da fruticultura irrigada	Embrapa	G.4	Ater	N	S	S	
Produção e qualidade do leite no Semiárido dos estados de Pernambuco, Sergipe e Alagoas	Embrapa	G.4	Ater	N	S	S	
Projetos de Irrigação Barreiras e Jusante	Embrapa	G.4	P&D	S	N	N	
Reavaliação da irrigabilidade das terras do projeto Jequitaí	Embrapa	G.4	P&D	S	N	N	
Geração e transferência de tecnologia para a susten-tabilidade do algodoeiro no Semiárido nordestino	Embrapa	G.4	P&D	N	S	N	Estimado
Aumento da oferta de água em agroecossistemas do Semiárido do Nordeste brasileiro	Embrapa	G.4	INFR	S	S	S	Estimado
Transferência de tecnologias para o diagnóstico participativo da qualidade da água	Embrapa	G.5	Ater	N	S	S	
Barraginhas - capacitação de águas superficiais de chuva	Embrapa	G.5	Ater	S	S	N	
Esgotamento sanitário	MCidades	G.2	SAN	N	S	S	
Manejo de resíduos sólidos	MCidades	G.2	RS	N	S	S	

(Continua)

(Continuação)

Nome da ação	Entidade[1]	GT[2]	SGT[3]	Até 2008[4]	2009[4]	2010[4]	Observação[5]
Saneamento integrado	MCidades	G.2	SAN	N	S	S	
Abastecimento de água	MCidades	G.5	INFR	N	S	S	
Apoio aos pequenos produtores rurais e pequenos empreendedores urbanos / geração de emprego e renda	MDA	G.1	AP	N	S	S	Território
Assistência técnica para agricultores familiares	MDA	G.1	Ater	S	S	S	Território
PRONAF	MDA	G.1	CRED	N	N	N	Sobreposição
Garantia-safra	MDA	G.1	APR	S	S	N	Estimado (2009)
Revitalização da bacia do rio São Francisco e Parnaíba - MG	MDA	G.2	REC	S	S	N	Estimado
Revitalização da bacia do rio São Francisco e Parnaíba - SE	MDA	G.2	REC	S	S	N	Estimado
Revitalização da bacia do rio São Francisco e Parnaíba - CE	MDA	G.2	REC	N	N	N	Extrapola
Revitalização da bacia do rio São Francisco e Parnaíba - PE	MDA	G.2	REC	S	S	N	Estimado
Revitalização da bacia do rio São Francisco e Parnaíba - BA	MDA	G.2	REC	S	S	N	Estimado
Revitalização da bacia do rio São Francisco e Parnaíba - PI	MDA	G.2	REC	N	N	N	Extrapola
Programa nacional de crédito fundiário	MDA	G.3	RF	S	S	S	
Apoio aos estados para implantação do cadastro de terras e regularização fundiária no Brasil	MDA	G.3	RF	S	S	S	
Capacitação dos benefícios da regularização fundiária	MDA	G.3	RF	S	S	N	Estimado
Geocadastro e regularização fundiária de imóveis rurais	MDA	G.3	RF	S	S	N	Estimado
Programa Arca das Letras	MDA	G.6	ED	S	S	S	Território
Promoção comercial	MDIC	G.1	AE	N	S	N	Estimado
Projeto de extensão industrial exportadora	MDIC	G.1	AE	S	S	S	Estimado
Projeto de extensão industrial exportadora	MDIC	G.1	AE	N	S	S	Estimado
Pesquisa de mercado	MDIC	G.1	AE	S	S	N	Estimado
Fomento à instalação de micro, pequenas e médias empresas	MDIC	G.1	AE	S	S	N	
Estruturação produtiva do artesanato brasileiro	MDIC	G.1	AE	N	S	N	
Capacitação para microempresas e empresas de pequeno e médio porte	MDIC	G.1	AE	N	S	N	Estimado
Implantação de telecentros de informação e negócios	MDIC	G.1	AE	P	P	P	
Promoção da inclusão produtiva - Alagoas	MDS	G.1	APR	N	S	N	
Promoção da inclusão produtiva - Ceará	MDS	G.1	AP	S	S	S	
Programa de aquisição de alimentos - PAA	MDS	G.1	APR	N	N	N	Extrapola
Promoção da inclusão produtiva - Bahia	MDS	G.1	APR	S	S	S	Estimado
Segunda água	MDS	G.5	INFR	S	S	S	Território
Programa cisterna	MDS	G.5	INFR	S	S	S	Território

(Continua)

(Continuação)

Nome da ação	Entidade[1]	GT[2]	SGT[3]	Até 2008[4]	2009[4]	2010[4]	Observação[5]
Transferência de renda diretamente às famílias em condição de pobreza e extrema pobreza	MDS	G.6	TR	S	S	S	
Serviço de apoio à gestão descentralizada do Programa Bolsa Família	MDS	G.6	TR	S	S	S	
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)	MDS	G.6	AS	S	S	N	
Serviço de proteção social básica às famílias	MDS	G.6	AS	S	S	N	
Proinfância	MEC	G.6	ED	S	S	S	
Programa caminho da escola	MEC	G.6	ED	S	S	N	
Sala de recursos multifuncionais	MEC	G.6	ED	S	S	N	
Proinfo - laboratórios de informática	MEC	G.6	ED	S	S	S	
Expansão da educação profissional e tecnológica	MEC	G.6	ED	S	S	S	
Expansão da educação superior	MEC	G.6	ED	S	S	S	Estimado
Projovem/saberes da terra	MEC	G.6	ED	S	P	N	
Programa Brasil alfabetizado	MEC	G.6	ED	S	S	S	
Escola ativa	MEC	G.6	ED	S	S	S	
Programa dinheiro direto na escola	MEC	G.6	ED	S	S	S	
Desenvolvimento da rede regional de inovação	MI	G.1	AE	N	S	N	Território
Ampliação e fortalecimento das estruturas produtivas	MI	G.1	AP	N	S	N	Território
Promoção de investimentos de infraestrutura econômica	MI	G.1	AP	N	S	N	Território
Apoio à implantação de infraestrutura social e produtiva	MI	G.1	AP	N	N	N	Sobreposição
Estruturação e dinamização de arranjos produtivos locais	MI	G.1	AP	N	N	N	Sobreposição
Apoio à estruturação do APL de plantas oleaginosas no estado de Minas Gerais	MI	G.1	APR	N	S	N	
Apoio à estruturação do APL de caprinovinocultura no estado de Minas Gerais	MI	G.1	APR	S	S	N	Estimado
Apoio à estruturação do APL da apicultura no estado de Minas Gerais	MI	G.1	APR	S	S	S	Estimado
Apoio à estruturação do APL de agroindústria no estado de Minas Gerais	MI	G.1	APR	N	S	N	Estimado
Apoio à estruturação do APL do turismo no estado de Minas Gerais	MI	G.1	APR	N	S	S	Estimado
Apoio à estruturação de agroindústrias no estado de Alagoas	MI	G.1	APR	N	S	S	Estimado
Apoio à estruturação do APL de bovinocultura no estado de Alagoas	MI	G.1	APR	S	S	S	Estimado
Apoio à estruturação do APL de apicultura no estado de Alagoas	MI	G.1	APR	S	S	S	Estimado
Apoio à estruturação do APL da ovinocaprinocultura no estado de Sergipe	MI	G.1	APR	S	S	S	Estimado
Capacitação de jovem rural	MI	G.1	Ater	S	S	S	Estimado
Apoio à estruturação de agroindústrias no estado de Sergipe	MI	G.1	APR	N	S	N	Estimado

(Continua)

(Continuação)

Nome da ação	Entidade[1]	GT[2]	SGT[3]	Até 2008[4]	2009[4]	2010[4]	Observação[5]
Apoio à estruturação do APL da apicultura no estado de Sergipe	MI	G.1	APR	S	S	S	Estimado
Apoio à estruturação de APLs na bacia do São Francisco, mediante fornecimento de assistência técnica aos produtores	MI	G.1	Ater	N	S	S	Território
Estruturação do arranjo produtivo local de aquicultura da região de Irecê - BA	MI	G.1	APR	S	S	S	
Estruturação do arranjo produtivo local de aquicultura na região de Paulo Afonso - BA	MI	G.1	APR	S	S	S	
Estruturação do arranjo produtivo local de aquicultura no reservatório de Itaparica - PE	MI	G.1	Ater	S	S	S	
Estruturação do arranjo produtivo de aquicultura do baixo São Francisco em Sergipe	MI	G.1	APR	S	S	S	
Estruturação do arranjo produtivo local de aquicultura no baixo São Francisco no estado de Alagoas	MI	G.1	APR	S	S	S	
Apoio à estruturação do APL da avicultura na região do médio São Francisco no estado da Bahia	MI	G.1	APR	S	S	N	
Apoio à estruturação do APL da fruticultura na região do médio São Francisco no estado da Bahia	MI	G.1	APR	N	S	N	Estimado
Apoio à estruturação do APL da caprinovinocultura na região do médio São Francisco no estado da Bahia	MI	G.1	APR	S	S	S	Estimado
Apoio à estruturação do APL da apicultura na região do médio São Francisco no estado da Bahia	MI	G.1	APR	S	S	S	Estimado
Apoio à estruturação do APL da caprinovinocultura no submédio São Francisco no estado da Bahia	MI	G.1	APR	S	S	S	Estimado
Apoio à estruturação do APL da apicultura no submédio São Francisco no estado da Bahia	MI	G.1	APR	S	S	S	Estimado
Apoio à estruturação do APL da fruticultura em Pernambuco	MI	G.1	APR	N	S	N	
Apoio à estruturação do APL da mandiocultura em Pernambuco	MI	G.1	APR	N	S	N	Estimado
Apoio à estruturação do APL da apicultura no estado de Pernambuco	MI	G.1	APR	S	S	S	Estimado
Fortalecimento das administrações locais	MI	G.1	Ater	N	S	S	Território
Resíduos sólidos	MI	G.2	RS	S	S	S	Estimado
Esgotamento sanitário	MI	G.2	SAN	S	S	S	Estimado
Processos erosivos	MI	G.2	REC	S	S	S	Estimado
Programa de apoio à gestão dos perímetros públicos de irrigação	MI	G.4	INFR	P	S	S	
Programa de revitalização e modernização da infraestrutura de uso comum dos perímetros públicos de irrigação	MI	G.4	INFR	P	S	S	
Programas de apoio à produção	MI	G.4	Ater	P	S	S	
Programa de irrigação e drenagem dos perímetros públicos de irrigação	MI	G.4	INFR	N	S	S	Estimado
Implantação do perímetro de irrigação São Gonçalo - obras complementares em 643 ha da 2ª etapa - no estado da Paraíba	MI	G.4	INFR	S	N	N	Estimado

(Continua)

(Continuação)

Nome da ação	Entidade[1]	GT[2]	SGT[3]	Até 2008[4]	2009[4]	2010[4]	Observação[5]
Construção do canal de integração Castanhão - Região Metropolitana de Fortaleza no estado do Ceará	MI	G.4	INFR	S	S	N	Estimado
Implantação do perímetro de irrigação Jaguaribe/ Apodi com 5.272 ha no estado do Ceará	MI	G.4	INFR	S	N	N	
Transferência da gestão do perímetro de irrigação Icó- -Lima Campos com 2.712 ha no estado do Ceará	MI	G.4	INFR	S	N	N	Estimado
Implantação do perímetro de irrigação Tabuleiro de Russas – 2ª etapa com 3.600 ha no estado do Ceará	MI	G.4	INFR	P	S	S	Estimado
Implantação do perímetro de irrigação Várzeas de Sousa com 5.100 ha no estado da Paraíba	MI	G.4	INFR	S	S	N	Estimado
Perímetro irrigado de Santa Cruz de Apodi - RN	MI	G.4	INFR	N	S	S	Estimado
Perímetro irrigado de Tabuleiros de Russas - CE	MI	G.4	INFR	N	S	S	Estimado
Integração entre os açudes Orós e Feiticeiro	MI	G.5	INFR	S	N	N	Estimado
Adutora de Acauã - PB	MI	G.5	INFR	N	S	N	
Adutora do Oeste - PE	MI	G.5	INFR	N	S	N	Território
Adutora do Pajeú - PE	MI	G.5	INFR	N	S	S	Território
Barragem de Figueiredo - CE	MI	G.5	INFR	N	S	S	Território
Água para todos	MI	G.5	INFR	S	S	S	
Apoio ao desenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais	MI	G.6	AS	N	S	N	
Assistência à produção e à comercialização de produtos da sociobiodiversidade	MMA	G.1	APR	N	S	N	
Promoção das cadeias produtivas do pequi e da carnaúba	MMA	G.1	APR	N	S	N	
Projeto de apoio ao desenvolvimento do ecoturismo de base comunitária em territórios da cidadania na área de abrangência do plano de desenvolvimento regional do São Francisco	MMA	G.1	AP	N	N	N	Em planeja- mento
Disseminação de práticas sustentáveis para o turismo	MMA	G.1	Ater	N	S	N	Estimado
Revitalização de lagoas marginais do alto e médio São Francisco, em Minas Gerais a Jusante da barra- gem de Três Marias	MMA	G.2	REC	S	S	N	Território
SOS São Francisco - recomposição das áreas legal- mente protegidas, situadas nas propriedades rurais, banhadas pelo rio São Francisco	MMA	G.2	REC	N	S	S	Território
Projeto "piloto de controle de queimadas em quatro municípios da BHRSF"	MMA	G.2	M&F	S	S	N	Território
Pesca amadora no médio São Francisco: desenvolvi- mento, monitoramento e gestão	MMA	G.2	M&F	N	S	N	Território
Monitoramento da cobertura vegetal da bacia hidro- gráfica do rio São Francisco	MMA	G.2	M&F	N	N	N	Sobreposição
Implantação dos centros de triagem – Cetas São Francisco	MMA	G.2	M&F	P	S	S	
Agentes ambientais voluntários	MMA	G.2	CAP	S	N	N	Território
Revitalização do rio São Francisco - combate a processos erosivos e recuperação de áreas	MMA	G.2	REC	N	N	N	Sobreposição
Manejo integrado de microbacias	MMA	G.2	RH	S	S	N	

(Continua)

(Continuação)

Nome da ação	Entidade[1]	GT[2]	SGT[3]	Até 2008[4]	2009[4]	2010[4]	Observação[5]
Sistema de monitoramento ambiental da bacia do rio São Francisco	MMA	G.2	M&F	S	S	N	Território
Plano estratégico de recuperação florestal da BHSF e ações integradas de treinamento e mobilização de produtores rurais, produção de mudas de espécies nativas e experimentos florestais para criar modelos de recuperação florestal, por bioma	MMA	G.2	REC	S	S	S	Território, Estimado
Unidades de conservação	MMA	G.2	UC	N	N	N	Em planejamento
Unidades de conservação	MMA	G.2	UC	N	N	N	Em planejamento
Unidades de conservação	MMA	G.2	UC	N	N	N	Em planejamento
Elaboração de projetos básicos, executivos e estudos ambientais das unidades de manejo de resíduos sólidos – em conjunto com a CODEVASF	MMA	G.2	RS	N	N	N	Sobreposição
Implementação de consórcios	MMA	G.2	RS	N	N	N	Em planejamento
Implantação das obras das unidades de manejo de resíduos sólidos – em conjunto com a CODEVASF	MMA	G.2	RS	N	N	N	Sobreposição
Elaboração de projetos básicos, executivos e estudos ambientais das unidades de manejo de resíduos sólidos em municípios priorizados situados na área de transposição e bacias receptoras da integração com o rio São Francisco – em conjunto com o Ministério das Cidades	MMA	G.2	RS	N	N	S	
Estruturação da proposta de parques fluviais	MMA	G.2	UC	N	N	S	
Barco Escola - educação ambiental itinerante às populações ribeirinhas do rio São Francisco no trecho Pirapora (MG) - Xique-Xique (BA)	MMA	G.2	CAP	S	S	N	Estimado
Recuperação de nascentes e áreas degradadas em sub-bacias hidrográficas do rio São Francisco (Rio das Velhas e Ribeirão Pandeiros).	MMA	G.2	REC	S	S	N	Estimado
Controle do comércio e uso de agrotóxicos em 40 municípios da bacia hidrográfica do rio São Francisco	MMA	G.2	M&F	S	S	N	Estimado
Projeto de recomposição de matas ciliares na bacia do rio São Francisco.	MMA	G.2	REC	S	S	N	Estimado
Desenvolvimento de modelos para recuperação de APPs	MMA	G.2	P&D	S	N	N	Território
Proteção e manejo dos recursos naturais	MMA	G.2	REC	S	S	N	
Programa de ação estadual de combate à desertificação - PAE	MMA	G.2	CD	N	S	S	Território
Fundo de apoio a iniciativas locais de combate à desertificação	MMA	G.2	CD	N	S	N	
Criação de sete reservas extrativistas no alto São Francisco	MMA	G.2	UC	N	S	S	
Estatística e desembarque pesqueiro na BHRSF	MMA	G.2	M&F	S	S	S	Território, Estimado
Levantamento das espécies exóticas invasoras ocorrentes na bacia hidrográfica do rio São Francisco	MMA	G.2	M&F	N	S	S	Território
Sustentabilidade dos empreendimentos em esgotamento sanitário	MMA	G.2	SAN	N	N	N	Em planejamento

(Continua)

(Continuação)

Nome da ação	Entidade[1]	GT[2]	SGT[3]	Até 2008[4]	2009[4]	2010[4]	Observação[5]
Planos estaduais de gestão integrada e associada de resíduos sólidos	MMA	G.2	RS	S	S	N	Território
Implantação de centro integrado de referência	MMA	G.2	CAP	N	S	S	
Implantação e desenvolvimento de ações no centro de referência em áreas degradadas/CR-ad no alto São Francisco	MMA	G.2	CAP	S	S	N	
Apoio a ações de recuperação de áreas degradadas na BHRSF, médio São Francisco, bioma Cerrado	MMA	G.2	CAP	S	N	N	Estimado
Implantação do Centro de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas/CR-ad, na bacia hidrográfica, trecho submédio São Francisco	MMA	G.2	CAP	S	S	N	
Conclusão da implantação de Centro de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas do baixo São Francisco e custeio das suas atividades no período de dezembro de 2008 a dezembro de 2009	MMA	G.2	CAP	S	S	N	Estimado
Elaboração da Agenda 21 da região do polo da represa de Três Marias	MMA	G.2	CAP	S	N	N	Estimado
Criação e fortalecimento dos conselhos municipais de meio ambiente de municípios da BHRSF em Alagoas	MMA	G.2	CAP	N	S	N	Estimado
Projeto de ação socioambiental na bacia do rio São Francisco	MMA	G.2	RH	N	S	N	Estimado
Projeto Novo Chico III	MMA	G.2	CAP	S	N	N	Estimado
Projeto de estruturação do ministério público do estado de Minas Gerais, para o atendimento da questão ambiental na bacia do rio São Francisco em Minas Gerais.	MMA	G.2	M&F	S	N	N	Território
Projeto de gestão participativa dos recursos hídricos: consolidação do comitê e dos conselhos de usuários de água nas bacias hidrográficas dos rios Pajeú e Moxotó	MMA	G.2	RH	S	S	N	Estimado
Plano de ações estratégicas e integradas para o desenvolvimento do turismo sustentável na bacia do rio São Francisco	MMA	G.2	CAP	N	N	N	Em planejamento
Sistema de informações geográficas para o ecoturismo - SIGEcotur	MMA	G.2	M&F	N	S	N	Estimado
I Encontro nacional sobre combate à desertificação no Semiárido brasileiro	MMA	G.2	CD	N	N	S	Território
Sistema de alerta precoce de seca e desertificação - SAP	MMA	G.2	CD	N	S	S	Território
Dessalinização de água - programa Água Doce	MMA	G.5	INFR	S	S	S	Território (2009 e 2010)
Dessalinização de água - programa Água Doce	MMA	G.5	INFR	S	S	N	
Apoio às organizações das comunidades tradicionais	MMA	G.6	AS	S	S	N	
Carteira indígena	MMA	G.6	AS	S	S	N	
Resgate, valorização e proteção dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade na bacia hidrográfica do rio São Francisco	MMA	G.6	AS	N	N	S	
Resgate, valorização e proteção dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade na bacia hidrográfica do rio São Francisco	MMA	G.6	AS	N	S	N	
Resgate, valorização e proteção dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade na bacia hidrográfica do rio São Francisco	MMA	G.6	AS	S	N	N	

(Continua)

(Continuação)

Nome da ação	Entidade[1]	GT[2]	SGT[3]	Até 2008[4]	2009[4]	2010[4]	Observação[5]
Energia alternativa renovável na região do São Francisco	MME	G.1	APR	S	N	N	Estimado
Fomento e formalização da pequena mineração como geração de emprego e renda	MME	G.1	Ater	N	N	N	Em planejamento
Geologia e geofísica	MME	G.1	P&D	N	N	N	Em planejamento
Energia eólica	MME	G.2	Ener	N	N	N	Investimento privado
Projeto piloto - sistema heliotérmico	MME	G.2	Ener	N	N	N	Em planejamento
Poço da Petrobras para abastecimento de seis assentamentos no município de Carnaubais - RN (Projeto Bandeirantes)	MME	G.5	INFR	N	S	N	
Perenização do acesso à água através de poços e barragens subterrâneas	MME	G.5	INFR	S	N	N	
Programa Luz Para Todos	MME	G.6	Ener	S	S	S	
Implantação e melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário em municípios de até 50 mil habitantes e sistemas públicos de esgotamento sanitário em municípios das bacias receptoras do São Francisco, exclusive de Regiões Metropolitanas ou Integradas de Desenvolvimento (RIDE)	MS	G.2	SAN	N	S	S	
Implantação de melhorias sanitárias domiciliares para prevenção e controle de agravos	MS	G.2	SAN	N	S	S	
Implantação e melhoria de sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos em municípios de até 50 mil habitantes, exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	MS	G.2	RS	N	S	S	
Implantação, ampliação ou melhoria do serviço de saneamento em áreas rurais, em áreas especiais (quilombos, assentamentos e reservas extrativistas) e em localidades com população inferior a 2.500 habitantes para prevenção e controle de agravos	MS	G.2	SAN	N	S	N	
Saneamento básico em aldeias indígenas para prevenção e controle de agravos	MS	G.2	SAN	S	S	S	
Implantação e melhoria de serviços de saneamento em escolas públicas rurais - ''Saneamento em Escolas"	MS	G.2	SAN	N	S	S	
Implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água em municípios de até 50 mil habitantes e sistemas públicos de abastecimento de água em municípios das bacias receptoras do São Francisco, exclusive os municípios de Regiões Metropolitanas ou Integradas de Desenvolvimento (RIDE)	MS	G.5	INFR	N	S	S	
Implantação de melhorias habitacionais para controle da doença de Chagas	MS	G.6	Sau	N	S	S	
Investigação e desenvolvimento tecnológico em saúde na região da bacia do São Francisco	MS	G.6	Sau	N	N	N	Em planejamento
Fortalecimento da rede de escolas técnicas na região da bacia do São Francisco	MS	G.6	Sau	N	S	S	Território
Programa farmácia popular do Brasil	MS	G.6	Sau	S	S	S	

(Continua)

(Continuação)

Nome da ação	Entidade[1]	GT[2]	SGT[3]	Até 2008[4]	2009[4]	2010[4]	Observação[5]
Proteção e promoção dos povos indígenas	MS	G.6	Sau	S	S	S	Território
Atenção básica – saúde da família	MS	G.6	Sau	S	S	S	
SAMU 192	MS	G.6	Sau	P	P	P	
Departamento de ações programáticas estratégicas - pessoa com deficiência	MS	G.6	Sau	S	S	S	
Incentivo financeiro aos estados, Distrito Federal e municípios certificados para vigilância em saúde	MS	G.6	Sau	N	S	S	
Saúde da criança e aleitamento materno	MS	G.6	Sau	S	S	S	
Saúde da criança e aleitamento materno na atenção básica – Saúde da Família	MS	G.6	Sau	N	S	S	
Saúde da mulher na atenção básica – Saúde da Família	MS	G.6	Sau	S	S	S	
Saúde da mulher na atenção básica – Saúde da Família	MS	G.6	Sau	S	S	N	
Saúde do idoso	MS	G.6	Sau	S	N	N	
Saúde mental - centros de atenção psicossocial (CAPS)	MS	G.6	Sau	S	S	S	
Investimentos em obras e equipamentos médico--hospitalares / PSF	MS	G.6	Sau	S	N	N	
Unidade de beneficiamento	SEAP	G.1	APR	S	N	N	
Programa de apoio à cadeia produtiva do pescado - fábricas de gelo	SEAP	G.1	APR	N	S	N	
Unidade de estocagem e comercialização	SEAP	G.1	APR	S	N	N	
Telecentros da pesca maré	SEAP	G.1	APR	N	S	N	
Estruturação de terminais pesqueiros públicos	SEAP	G.1	APR	N	N	S	
Kit Peixe Vivo	SEAP	G.1	APR	S	N	N	
Kit Peixe Fresco	SEAP	G.1	APR	S	N	N	
Demarcação de parques aquícolas	SEAP	G.1	APR	N	S	N	Estimado
Unidade de pesquisa e demonstração tecnológica em aquicultura	SEAP	G.1	APR	N	S	N	
Centro de Referência em Aquicultura - CERAQUA - do Vale do São Francisco	SEAP	G.1	APR	N	S	N	
Disponibilização de caminhões	SEAP	G.1	APR	N	S	N	
Projeto de apoio a pequenos empreendimentos - cozinhas comunitárias	SEAP	G.1	APR	N	S	N	
Projeto de apoio a pequenos empreendimentos - pontos comerciais fixos	SEAP	G.1	APR	N	S	N	
Incubação dos centros integrados da pesca artesanal	SEAP	G.1	APR	N	S	N	
Projeto de apoio a pequenos empreendimentos - acampamento de pescadores	SEAP	G.1	APR	N	S	N	
Projeto de apoio a pequenos empreendimentos - manipulação de mariscos	SEAP	G.1	APR	N	S	N	
Pescando letras	SEAP	G.6	ED	N	S	N	
Desenvolvimento do turismo no litoral norte (SE)	Sebrae	G.1	Ater	S	S	S	Território

(Continua)

(Continuação)

Nome da ação	Entidade[1]	GT[2]	SGT[3]	Até 2008[4]	2009[4]	2010[4]	Observação[5]
Palma para Sergipe	Sebrae	G.1	Ater	N	S	S	Território
Produção agroecológica integrada e sustentável - PAIS (SE)	Sebrae	G.1	Ater	S	P	P	Território
Produção de ervas medicinais em Santana do São Francisco (SE)	Sebrae	G.1	Ater	N	S	S	Território
Piscicultura na região no baixo São Francisco (SE)	Sebrae	G.1	Ater	N	S	S	Território
Projeto de compras governamentais de Sergipe	Sebrae	G.1	Ater	S	S	S	Território
Aprisco Nordeste (SE)	Sebrae	G.1	APR	N	S	S	Território
APIS: negócio rural sustentável (SE)	Sebrae	G.1	Ater	S	S	S	Território
Território da cidadania - alto Sertão (SE)	Sebrae	G.1	Ater	N	S	S	Território
Revitalização da cultura do coco (SE)	Sebrae	G.1	Ater	N	S	S	Território
Fortalecimento do turismo e artesanato no alto Sertão Sergipano	Sebrae	G.1	Ater	S	S	S	Território
Comércio de móveis na região do baixo São Francisco Sergipano	Sebrae	G.1	Ater	S	S	S	Território
Artesanato trançado na palha (SE)	Sebrae	G.1	Ater	S	S	N	Território
Programa de projetos atendimento individual - Litoral Leste, Jaguaribe, Centro-Sul e Cariri (CE)	Sebrae	G.1	Ater	N	S	S	Território
Programa de projetos multisetoriais - Litoral Leste, Jaguaribe, Centro-Sul e Cariri (CE)	Sebrae	G.1	Ater	N	S	S	Território
Programa de turismo - Litoral Leste e Cariri (CE)	Sebrae	G.1	Ater	N	S	S	Território
Programa de panificação - Litoral Leste, Jaguaribe e Centro-Sul (CE)	Sebrae	G.1	Ater	N	S	S	Território
Programa de piscicultura - Jaguaribe e Centro-Sul (CE)	Sebrae	G.1	Ater	N	S	S	Território
Programa de mandiocultura - Litoral Leste e Cariri (CE)	Sebrae	G.1	Ater	N	S	S	Território
Programa de fruticultura - Jaguaribe e Centro-Sul (CE)	Sebrae	G.1	Ater	N	S	N	Território

Elaboração do autor.

Notas: [1] Entidades: Banco do Brasil (BB) – inclui Fundação Banco do Brasil; Banco do Nordeste do Brasil (BNB); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Ministério das Cidades (MCidades); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) – inclui o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Ministério da Integração Nacional (MI) – inclui Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste; Ministério do Meio Ambiente (MMA); Ministério das Minas e Energia (MME); Ministério da Saúde (MS) – inclui a Fundação Nacional de Saúde; Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

[2] Grupos temáticos (GT): G.1 (Apoio aos pequenos produtores rurais e pequenos empreendedores urbanos / geração de emprego e renda); G.2 (Meio ambiente); G.3 (Regularização fundiária); G.4 (Perímetros irrigados); G.5 (Acesso à água); G.6 (Agenda Social).

[3] Subgrupos temáticos (SGT): AE (Apoio a empresas); AP (Apoio à produção em geral); APR (Apoio à produção rural); AS (Assistência social); Ater (Assistência técnica e extensão rural); CAP (Capacitação); CD (Combate à desertificação); CRED (Crédito); ED (Educação); ENER (Energia); INFR (Infraestrutura); M&F (Monitoramento e fiscalização); P&D (Pesquisa e desenvolvimento); REC (Recuperação ambiental); RF (Regularização fundiária); RH (Recursos hídricos); RS (Resíduos sólidos); SAN (Saneamento); TR (Transferência de renda); UC (Unidades de conservação); SAU (Saúde).

[4] Dado utilizado: S (sim); N (não); P (não informa valores/quantidades, mas indica presença/ocorrência da ação).

[5] Observação: Em planejamento (ação não apresenta orçamento ou, quando informa, não especifica onde e quando irá ser implementada); Estimado (o valor dos investimentos por município foi estimado – ver texto para detalhes); Extrapola (a ação se estende além da área do Plano de Ação do São Francisco); Investimento privado (ação depende de investimento privado); Sobreposição (a ação se sobrepõe – ou apresenta elevado risco de se sobrepor – a outra ação também informada); Território (a abrangência espacial da ação foi especificada por território).

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação
Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão
Everson da Silva Moura
Reginaldo da Silva Domingos

Revisão
Clícia Silveira Rodrigues
Idalina Barbara de Castro
Laeticia Jensen Eble
Leonardo Moreira de Souza
Marcelo Araujo de Sales Aguiar
Marco Aurélio Dias Pires
Olavo Mesquita de Carvalho
Regina Marta de Aguiar
Barbara Pimentel (estagiária)
Karen Aparecida Rosa (estagiária)
Tauãnara Monteiro Ribeiro da Silva (estagiária)

Editoração
Bernar José Vieira
Cristiano Ferreira de Araújo
Daniella Silva Nogueira
Danilo Leite de Macedo Tavares
Diego André Souza Santos
Jeovah Herculano Szervinsk Junior
Leonardo Hideki Higa

Capa
Luís Cláudio Cardoso da Silva

Projeto Gráfico
Renato Rodrigues Buenos

The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.

Livraria do Ipea

SBS – Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES, Térreo.
70076-900 – Brasília – DF
Fone: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em adobe garamond pro 12/16 (texto)
Frutiger 67 bold condensed (títulos, gráficos e tabelas)
Impresso em offset 90g/m^2 (miolo)
Cartão supremo 250g/m^2 (capa)
Brasília-DF

Missão do Ipea
Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.

ISSN 1415-4765

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Secretaria de Assuntos Estratégicos

GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA